

RELATÓRIO CONTÁBIL E NOTAS EXPLICATIVAS



3º Trimestre/2021

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

José Manoel Gomes

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Alan Rodrigues Pinheiro

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MAPA (DCON), as quais são materializadas no Balanços: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Última alteração: 27 de outubro de 2021.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Sumário

<i>Lista de Siglas</i>	5
<i>Apresentação</i>	7
1) Demonstrações Contábeis	11
1.1) BALANÇO PATRIMONIAL	11
1.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	13
1.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	14
1.4) BALANÇO FINANCEIRO	16
1.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
1.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	18
2) Notas Explicativas	19
2.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis	19
2.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	19
2.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	22
2.4) Mudanças de Estrutura Administrativa	22
3) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis	23
3.1) Notas sobre o BALANÇO PATRIMONIAL	23
A) Ativo Circulante	23
B) Ativo não Circulante	26
C) Passivo Circulante	28
D) Passivo não Circulante	29
E) Patrimônio Líquido	30
3.2) Notas sobre o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	31
a) Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado:	31
b) Período a que se refere o orçamento:	32
c) Entidades abrangidas:	32
d) Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:	33
e) Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):	33
f) Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.	33
g) Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.	34
h) Informações gerais da Setorial Orçamentária / MAPA.	34
3.3) Notas sobre a DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	36
a) VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:	36
b) VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	36
c) VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:	36
d) VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:	36
e) VPD – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:	37
f) VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:	37
g) VPD – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:	37
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	38
Nota nº 002 - Obrigações Contratuais	39
Nota nº 003 - Provisões	40
Nota nº 004 - Imobilizado	42
Nota nº 005 - Intangível	49
Nota nº 006 - Investimentos	52
4) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos pelos órgãos do Mapa	55



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

4.1) Sistemas da Área Fim do MAPA (Administração Direta)	55
4.2) Sistemas da Área Meio do MAPA (Administração Direta)	56
4.3) Sistemas de Controle Interno desenvolvidos Entidades Supervisionadas (Administração Indireta)	58
5) Referências	60
5.1) Bibliográficas	60
5.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA	60



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Lista de Siglas

ADP – Agente de Desenvolvimento de Pessoas	AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE – Assembleia Geral Extraordinária	AGRONET - Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT – Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro	AGU – Advocacia Geral da União
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural	BB – Banco do Brasil
BCB – Banco Central do Brasil	BGP – Boletim de Gestão de Pessoas
BGU – Balanço Geral da União	BINAGRI/MAPA Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial	CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais	CCCCN – Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional
CCONF – Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação	CCONT-DA – Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN – Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN	CEASA/MG – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF – Caixa Econômica Federal	CEF/MAPA Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	CEPLAC/BA – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo	CEPLAC/PA – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO – Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia	CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC – Conselho Federal de Contabilidade	COGEP/MAPA – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGAQ/MAPA – Coordenação-Geral de Aquisições	CGOEF/MAPA – Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	CGLI/MAPA – Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços	CGTI/MAPA – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	CGU – Controladoria-Geral da União
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	CONFCON – Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN – Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN	COSIS/STN – Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF – Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal	CTU – Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA - Departamento de Administração	DAF/Embrapa – Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF – Documento de Arrecadação Federal	DGG/MAPA – Departamento de Governança e Gestão
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa	DIAC-CCONT – Divisão de Acompanhamento Contábil
DISME – Distrito de Meteorologia	DISME/AM – Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA – Distrito de Meteorologia de Salvador/BA	DISME/GO – Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG – Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG	DISME/MT – Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA – Distrito de Meteorologia de Belém/PA	DISME/PE – Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ – Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ	DISME/RS – Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP – Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP	DiTCCONT – Divisão de Tomada de Contas
DOU – Diário Oficial da União	DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	ENAGRO/MAPA – Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	FFIE – Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	FTRA – Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF – Gestor Financeiro	GRU – Guia de Recolhimento da União
GPS – Guia da Previdência Social	IN – Imprensa Nacional
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF – Junta Comercial do Distrito Federal	LANAGRO – Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO – Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás	LANAGRO/MG – Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA – Laboratório Nacional Agropecuário do Pará	LANAGRO/PE – Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS – Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul	LANAGRO/SP – Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias	LFDA – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás	LFDA/MG – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará	LFDA/PE – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo	LFDA/RS – Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA Lei Orçamentária Anual	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME – Ministério da Economia	MEP – Método da Equivalência Patrimonial
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura	NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	NE – Nota de Empenho
NL – Nota de Lançamento	NS – Nota de Sistema
OB – Ordem Bancária	OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OD – Ordenador de Despesas	OGU – Orçamento Geral da União
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	PDV – Programa de Desligamento Voluntário
PF – Programação Financeira	PGFN – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP – Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais	RCPG – Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios	RENASSEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
RFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RP – Restos a Pagar	RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPP – Restos a Pagar Processados	RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo	SAP/MAPA – Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	SCRI/MAPA – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA – Secretaria de Defesa Agropecuária	SDI/MAPA – Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação
SE/MAPA – Secretaria Executiva	SeAd-DIAC – Serviço de Acompanhamento da Administração Direta

Coordenação de Contabilidade/MAPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SEAD/PR – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	SeADI-DiAC – Serviço de Acompanhamento da Administração Indireta
SEAF/MAPA – Secretaria Especial de Assuntos Fundiários	SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU – Secretaria de Controle Externo	SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados	SFA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre	SFA/AL – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas	SFA/AP – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia	SFA/CE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal	SFA/ES – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás	SFA/MA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais	SFA/MS – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso	SFA/PA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba	SFA/PE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí	SFA/PR – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro	SFA/RN – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia	SFA/RR – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul	SFA/SC – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe	SFA/SP – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins	SFB/MAPA – Serviço Florestal Brasileiro
SGI – Sistema de Gestão Integrada	SIAD – Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos	SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR – Sistema de Controle de Arrecadação	SIGMA – Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS – Sistema de Consulta a Legislação	SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial	SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPUUnet – Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais	STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SCRI – Secretaria de Comércio e Relações Internacionais	SUCON/STN – Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE – Tomada de Contas Especial	TCU – Tribunal de Contas da União
TDA – Título da Dívida Agrária	TG – Tesouro Gerencial
UG – Unidade Gestora	UGE – Unidade Gestora Executora
UGR – Unidade Gestora Responsável	VIGIAGRO – Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa	VPD – Variação Patrimonial Diminutiva
VTN – Valor da Terra Nua	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Apresentação

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, que altera a sua estrutura:

- a) - Política agrícola, abrangidos a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) - Produção e fomento agropecuário, abrangidas a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) - Política nacional pesqueira e aquícola, abrangida a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) - Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) - Informação agropecuária;
- f) - Defesa agropecuária e segurança do alimento, abrangidos:
 - 1) a saúde animal e a sanidade vegetal;
 - 2) os insumos agropecuários, incluída a proteção de cultivares;
 - 3) os alimentos, os produtos, os derivados e os subprodutos de origem animal e vegetal;
 - 4) a padronização e a classificação de produtos e insumos agropecuários; e
 - 5) o controle de resíduos e contaminantes em alimentos;
- g) - Pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) - Conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) - Assistência técnica e extensão rural;
- j) - Irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) - Informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) - desenvolvimento rural sustentável;
- m) - Políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) - Reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, da Amazônia Legal e das terras quilombolas;
- o) - Conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, aos sistemas agroflorestais e à aquicultura;
- p) - Boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) - Cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca;
- r) - Energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) - Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- t) - Negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca; e
- u) - Gerir o Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério, exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor previsto no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, em âmbito federal.

Estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- f) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- g) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- h) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar;
- i) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- j) Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil;
- k) Comitê de Gestão de Florestas Públicas.

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

A entidade Vinculada – Sociedade de Economia Mista:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CeasaMinas;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Este Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar ao público contábil e à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do MAPA. Ele é composto pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações até 30 de setembro de 2021. Embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das Demonstrações Contábeis representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

Até o 3º Trimestre de 2021, as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram aproximadamente R\$ 4,741 bilhão, representando um decréscimo nominal de 7,62% em relação ao mesmo período de 2020.

A relação entre a arrecadação e a previsão dessas receitas orçamentárias em 30 de setembro de 2021 ficou em 30,98%, ou seja, 19,02 pontos percentuais abaixo do previsto se comparado com a expectativa linear desse indicador para o período até o trimestre passado (50%).

Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), as despesas empenhadas tiveram um decréscimo nominal de 10,72%, enquanto as despesas pagas tiveram um aumento nominal de 5,61% em relação ao mesmo período de 2020, totalizando R\$ 14,631 bilhões e R\$ 9,996 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado até o 3º Trimestre 2021 foi positivo em R\$ 54,625 milhões. No mesmo período do ano anterior, o resultado, também foi positivo em R\$ 4,741 milhões.

O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2021, restou positivo em R\$ 405,548 milhões. O valor do patrimônio líquido no final do exercício de 2020 era de R\$ 351,076 milhões positivos.

No período em análise, o passivo exigível do MAPA alcançou R\$ 7,308 milhões, equivalendo a 1,77% do total do Ativo. Em 30 de setembro de 2020, o passivo exigível foi de R\$ 7,874 milhões, equivalendo a 2,19% do total do ativo.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – foi negativa em R\$ 30,7 milhões, até 30 de setembro de 2021. No mesmo período do ano anterior, observou-se que a geração líquida foi positiva em R\$ 523,8.

A seguir, são apresentadas as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

Boa leitura.

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

1) Demonstrações Contábeis

1.1) BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em milhões de reais

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	12.403,85	12.530,63	PASSIVO CIRCULANTE	5.337,53	5.958,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.149,34	8.180,03	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a C. Prazo	1.258,97	1.129,20
Créditos a Curto Prazo	4.035,71	4.092,27	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	639,79	765,22
Clientes	7,31	11,92	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	145,85	363,11
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.581,12	1.402,30	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1,85	1,39
Demais Créditos e Valores	2.448,51	2.686,46	Obrigações de Repartição a Outros Entes	200,58	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-1,22	-8,41	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a C.Prazo	0,43	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.090,48	3.699,66
Estoques	217,08	258,30			
VPDs Pagas Antecipadamente	1,30	0,02			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	400.452,82	346.419,14	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.970,80	1.915,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.913,85	24.159,71	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1,59	3,67
Créditos a Longo Prazo	24.913,85	24.159,71	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Clientes	201,39	205,69	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316,00	316,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.683,55	14.028,14	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	138,87	Provisões a Longo Prazo	644,80	543,91
Demais Créditos e Valores	9.894,27	9.795,47	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.008,42	1.051,59
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-4,22	-8,47	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.308,33	7.873,74
Investimentos	12,33	14,80			
Participações Permanentes	12,15	12,91	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1,86	1,86	ESPECIFICAÇÕES		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	20,76	20,76		2021	2020
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10,47	-9,71	Patrimônio Social e Capital Social	3.351,23	3.351,23
Propriedades para Investimento	0,18	0,29	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	54,14	18,58
Propriedades para Investimento	0,29	0,29	Reservas de Capital	0,01	0,01
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-0,11	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	1,60	Reservas de Lucros	18,96	18,96
Demais Investimentos Permanentes	-	1,60	Demais Reservas	12,76	12,76
Imobilizado	375.407,96	322.131,25	Resultados Acumulados	402.111,24	347.674,49
Bens Móveis	1.268,29	1.293,34	Resultado do Exercício	54.624,64	4.518,21
Bens Móveis	2.563,63	2.524,96	Resultados de Exercícios Anteriores	347.674,49	342.901,65
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.268,27	-1.204,62	Ajustes de Exercícios Anteriores	-187,89	254,63
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-27,08	-26,99	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.548,34	351.076,03
Bens Imóveis	374.139,67	320.837,90			
Bens Imóveis	375.157,01	321.828,91			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.017,34	-991,01			
Intangível	118,67	113,38			
Softwares	117,90	112,61			
Softwares	170,25	163,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-52,35	-51,23			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,49	0,49			
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28			
Direitos de Uso de Imóveis	0,28	0,28			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	412.856,67	358.949,76	TOTAL DO ATIVO	412.856,67	358.949,76



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

QUADROS DO BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	8.349,38	8.594,97	PASSIVO FINANCEIRO	9.840,42	7.962,56
ATIVO PERMANENTE	404.507,29	350.354,79	PASSIVO PERMANENTE	6.177,50	6.652,37
			SALDO PATRIMONIAL	396.838,76	344.334,84

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.274,73	977,36	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	9.039,83	7.877,66
Atos Potenciais Ativos	1.274,73	977,36	Atos Potenciais Passivos	9.039,83	7.877,66
Garantias e Contragarantias Recebidas	162,67	154,91	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,01	0,01
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	787,96	765,78	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.449,89	3.499,09
Direitos Contratuais	324,10	56,67	Obrigações Contratuais	4.589,94	4.378,57
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.274,73	977,36	TOTAL	9.039,83	7.877,66

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.959,00
Recursos Vinculados	1.467,97
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-59,95
Previdência Social (RPPS)	-59,62
Receitas Financeiras	-6,55
Dívida Pública	1.301,76
Alienação de Bens e Direitos	162,49
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	34,23
Outros Recursos Vinculados	94,58
Recursos a Classificar	1,02
TOTAL	-1.491,04

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

1.2) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Valores em milhões de reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	2021	2020		2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	91.267,46	39.093,99	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.642,82	34.352,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	77,23	61,69	Pessoal e Encargos	4.574,91	4.735,62
Taxas	77,23	61,69	Remuneração a Pessoal	3.298,66	3.485,83
Contribuições	1.369,76	1.253,69	Encargos Patronais	1.104,58	1.039,99
Contribuições Sociais	1.359,64	1.245,12	Benefícios a Pessoal	84,39	82,45
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	10,12	8,57	Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	87,28	127,35
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	194,15	196,07	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.162,13	2.225,12
Venda de Mercadorias	130,29	147,49	Aposentadorias e Reformas	1.369,45	1.424,58
Vendas de Produtos	0,01	0,06	Pensões	756,95	766,31
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	63,84	48,51	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35,74	34,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	444,26	387,93	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.722,53	3.144,50
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	81,51	111,83	Uso de Material de Consumo	62,56	56,98
Juros e Encargos de Mora	17,41	15,13	Serviços	2.560,51	2.959,79
Variações Monetárias e Cambiais	3,53	2,66	Depreciação, Amortização e Exaustão	99,46	127,73
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	341,80	258,31	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,48	3,65
Transferências e Delegações Recebidas	29.552,53	29.408,17	Juros e Encargos de Mora	0,91	0,22
Transferências Intragovernamentais	28.751,36	26.792,23	Variações Monetárias e Cambiais	0,68	0,06
Transferências Intergovernamentais	-0,06	1,29	Descontos Financeiros Concedidos	2,88	2,48
Transferências das Instituições Privadas	-0,43	1,95	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	0,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas	801,66	2.612,70	Transferências e Delegações Concedidas	22.157,84	21.136,05
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	58.938,42	6.965,34	Transferências Intragovernamentais	21.238,98	19.594,04
Reavaliação de Ativos	2.021,54	1.831,01	Transferências Intergovernamentais	371,09	602,08
Ganhos com Alienação	2,93	2,30	Transferências a Instituições Privadas	0,08	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	53.555,87	2.820,63	Transferências ao Exterior	0,09	1,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.357,99	2.311,17	Outras Transferências e Delegações Concedidas	547,60	938,82
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,08	0,23	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.896,90	2.110,04
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	691,11	821,10	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	723,61	573,37
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	52,53	25,49	Perdas com Alienação	9,49	0,83
Resultado Positivo de Participações	0,13	0,10	Perdas Involuntárias	9,37	2,09
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	11,41	513,63	Incorporação de Passivos	1.006,29	737,66
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	627,04	281,87	Desincorporação de Ativos	2.148,14	796,10
			Tributárias	18,34	29,91
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17,05	28,72
			Contribuições	1,29	1,19
			Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	170,55	212,76
			Custo das Mercadorias Vendidas	169,93	211,81
			Custos dos Produtos Vendidos	0,62	0,95
			Custo dos Serviços Prestados	-	-
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	935,15	754,99
			Incentivos	0,93	2,12
			Subvenções Econômicas	824,68	517,56
			Constituição de Provisões	100,76	225,52
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8,79	9,80
			RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	54.624,64	4.741,35

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS					
				2021	2020

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB - setembro/2021



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

1.3) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Valores em milhões de reais

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.937,77	1.937,77	2.041,58	103,82
Receitas Tributárias	64,13	64,13	54,06	-10,07
Impostos	-	-	-	-
Taxas	64,13	64,13	54,06	-10,07
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.325,35	1.325,35	1.293,01	-32,34
Contribuições Sociais	1.324,80	1.324,80	1.292,69	-32,11
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,55	0,55	0,32	-0,24
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	212,04	212,04	358,98	146,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6,83	6,83	5,76	-1,07
Valores Mobiliários	184,53	184,53	339,26	154,73
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	20,68	20,68	13,96	-6,72
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	9,93	9,93	9,24	-0,69
Receita Industrial	0,13	0,13	0,02	-0,11
Receitas de Serviços	203,03	203,03	127,82	-75,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	53,36	53,36	46,31	-7,05
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	149,66	149,66	81,51	-68,15
Outros Serviços	-	-	-	0,00
Transferências Correntes	24,92	24,92	-0,49	-25,41
Outras Receitas Correntes	98,25	98,25	198,94	100,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	38,21	38,21	56,68	18,47
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55,21	55,21	109,34	54,14
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	4,83	4,83	32,92	28,09
RECEITAS DE CAPITAL	13.365,69	13.365,69	2.699,74	-10.665,95
Operações de Crédito	6.182,68	6.182,68	-	-6.182,68
Operações de Crédito Internas	6.174,45	6.174,45	-	-6.174,45
Operações de Crédito Externas	8,23	8,23	-	-8,23
Alienação de Bens	1.443,57	1.443,57	58,33	-1.385,24
Alienação de Bens Móveis	1.400,81	1.400,81	4,49	-1.396,31
Alienação de Bens Imóveis	42,77	42,77	53,84	11,07
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	5.736,84	5.736,84	2.641,41	-3.095,42
Transferências de Capital	2,60	2,60	-	-2,60
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remun. das Disponib. do Tes. Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	15.303,46	15.303,46	4.741,32	-10.562,14
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.303,46	15.303,46	4.741,32	-10.562,14
DEFICIT	-	-	9.890,10	9.890,10
TOTAL	15.303,46	15.303,46	14.631,42	-672,04
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	43,14	43,14	-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.882,99	12.726,63	8.942,47	8.046,02	7.271,74	3.784,16
Pessoal e Encargos Sociais	8.903,96	8.910,65	6.800,15	6.293,42	5.765,52	2.110,50
Outras Despesas Correntes	3.979,03	3.815,98	2.142,31	1.752,60	1.506,22	1.673,67
DESPESAS DE CAPITAL	11.557,01	11.470,58	5.688,95	2.726,62	2.723,86	5.781,62
Investimentos	2.012,09	1.835,21	867,43	3,16	2,85	967,78
Inversões Financeiras	9.544,92	9.635,37	4.821,52	2.723,47	2.721,01	4.813,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	278,04	278,04	-	-	-	278,04
SUBTOTAL DAS DESPESAS	24.718,05	24.475,25	14.631,42	10.772,65	9.995,60	9.843,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	24.718,05	24.475,25	14.631,42	10.772,65	9.995,60	9.843,83
TOTAL	24.718,05	24.475,25	14.631,42	10.772,65	9.995,60	9.843,83

QUADROS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	299,75	614,79	498,51	483,85	54,00	376,69
Pessoal e Encargos Sociais	68,28	33,39	35,94	35,84	23,06	42,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	231,47	581,40	462,57	448,01	30,94	333,92
DESPESAS DE CAPITAL	2.251,37	3.756,84	1.494,84	1.423,30	21,25	4.563,65
Investimentos	1.204,81	1.694,90	441,14	370,28	18,75	2.510,67
Inversões Financeiras	1.046,56	2.061,94	1.053,70	1.053,02	2,50	2.052,98
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.551,12	4.371,62	1.993,35	1.907,15	75,24	4.940,34

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	108,89	684,50	623,51	50,99	118,89
Pessoal e Encargos Sociais	0,27	568,23	519,76	48,43	0,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	108,62	116,27	103,75	2,57	118,57
DESPESAS DE CAPITAL	80,75	88,06	42,58	8,77	117,46
Investimentos	74,58	43,57	38,01	3,74	76,40
Inversões Financeiras	6,17	44,49	4,56	5,03	41,06
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	189,64	772,56	666,08	59,77	236,35

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

1.4) BALANÇO FINANCEIRO

Valores em milhões de reais

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	4.741,32	5.132,42	Despesas Orçamentárias	14.631,42	16.388,36
Ordinárias	286,57	255,61	Ordinárias	6.161,63	3.612,16
Vinculadas	4.412,55	4.804,53	Vinculadas	8.469,79	12.776,20
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.364,00	323,46
Alienação de Bens e Direitos	59,11	31,37	Previdência Social (RPPS)	862,67	1.309,24
Transferências Constitucionais e Legais	6,23	3,49	Receitas Financeiras	108,37	134,61
Outros Rec.Vinc.a Fundos,Órgãos e Programas	4.342,65	4.766,18	Dívida Pública	633,26	3.576,83
Recursos a Classificar	4,57	3,49	Alienação de Bens e Direitos	0,20	3,11
(-) Deduções da Receita Orçamentária	42,20	72,27	Outros Rec.Vinc.Fundos,Órgãos e Programas	5.501,29	7.424,34
Transferências Financeiras Recebidas	28.470,77	26.473,17	Outros Recursos Vinculados		4,61
Resultantes da Execução Orçamentária	20.409,09	19.037,10	Transferências Financeiras Concedidas	20.920,08	19.257,64
Cota Recebida	7.742,33	7.479,96	Resultantes da Execução Orçamentária	12.653,44	11.490,76
Repasse Recebido	4.168,22	4.334,86	Repasse Concedido	4.151,65	4.218,80
Sub-repasse Recebido	8.496,11	7.168,07	Sub-repasse Concedido	8.496,11	7.168,07
Repasse Devolvido	1,65	40,91	Cota Devolvida	3,25	49,68
Sub-repasse Devolvido	0,78	13,29	Repasse Devolvido	1,65	40,91
Independentes da Execução Orçamentária	8.061,67	7.436,07	Sub-repasse Devolvido	0,78	13,29
Transferências Recebidas para Pagtº de RP	3.244,91	2.521,48	Independentes da Execução Orçamentária	8.266,65	7.766,88
Demais Transferências Recebidas	800,01	601,39	Transferências Concedidas para Pagtº de RP	1.827,45	1.451,48
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.016,58	4.313,20	Demais Transferências Concedidas	799,15	600,66
Moviment. para Incorporação de Saldos	0,18		Movimento de Saldos Patrimoniais	5.640,05	5.714,74
Recebimentos Extraorçamentários	5.038,85	7.001,28	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	777,05	810,82	Pagamentos Extraorçamentários	2.730,13	2.436,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.858,77	5.798,26	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	666,08	940,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	102,50	148,11	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.907,15	1.346,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	300,53	244,09	Processados		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagtº	0,36	0,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	156,89	149,57
Restituições a Pagar	0,01	0,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	0,26
Cancelamento de Obrigações do Exer. Anterior	0,09	0,08	Valores Compensados		0,26
Arrecadação de Outra Unidade	279,84	225,06			
Valores para Compensação	0,53				
Demais Recebimentos	19,70	18,59			
Saldo do Exercício Anterior	8.180,03	7.861,14	Saldo para o Exercício Seguinte	8.149,34	8.385,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.180,03	7.861,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.149,34	8.385,02
TOTAL	46.430,98	46.468,01	TOTAL	46.430,98	46.468,01

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021

1.5) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhões de reais

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	3.287,82	23,79	0,01	50,09	12,76	342.901,65	-	-	346.276,13
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	39,61	5,89	-	-	-	72,11	-	-	117,62
Aumento/Redução de Capital	23,79	-11,11	-	-	-	-	-	-	12,68
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	191,62	-	-	191,62
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.487,80	-	-	4.487,80
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-31,13	-	21,30	-	-	-9,83
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	3.351,23	18,58	0,01	18,96	12,76	347.674,49	-	-	351.076,03

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.351,23	18,58	0,01	18,96	12,76	347.674,49	-	-	351.076,03
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-1,62	-	-	-	-188,06	-	-	-189,67
Aumento/Redução de Capital	-	36,70	-	-	-	-	-	-	36,70
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	0,31	-	-	0,31
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	54.624,64	-	-	54.624,64
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	0,21	-	-	0,21
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.351,23	53,66	0,01	18,96	12,76	402.111,60	-	-	405.548,21

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021

1.6) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em milhões de reais

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.153,17	522,13
INGRESSOS	30.915,02	28.600,84
Receita Tributária	54,06	42,89
Receita de Contribuições	1.293,01	1.178,17
Receita Patrimonial	19,85	15,68
Receita Agropecuária	9,24	6,32
Receita Industrial	0,02	0,07
Receita de Serviços	127,82	146,79
Remuneração das Disponibilidades	339,13	259,39
Outras Receitas Derivadas e Originárias	198,94	83,28
Transferências Recebidas	-0,49	3,24
Intergovernamentais	-0,06	1,29
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-0,06	1,29
Outras Transferências Recebidas	-0,43	1,95
Outros Ingressos Operacionais	28.873,44	26.865,03
Ingressos Extraorçamentários	102,50	148,11
Restituições a Pagar	0,01	0,02
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,09	0,08
Transferências Financeiras Recebidas	28.470,77	26.473,17
Arrecadação de Outra Unidade	279,84	225,06
Valores para Compensação	0,53	-
Demais Recebimentos	19,70	18,59
DESEMBOLSOS	-29.761,85	-28.078,71
Pessoal e Demais Despesas	-7.605,06	-7.116,97
Administração	-0,03	-0,46
Assistência Social	-243,49	-102,63
Previdência Social	-2.050,63	-2.016,05
Direitos da Cidadania	-2,11	-33,84
Gestão Ambiental	-25,50	-27,88
Ciência e Tecnologia	-0,03	-0,07
Agricultura	-4.443,78	-4.242,84
Organização Agrária	-712,95	-456,75
Energia	-0,05	-
Encargos Especiais	-126,85	-236,80
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,36	0,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.079,81	-1.554,27
Intergovernamentais	-335,26	-805,11
A Estados e/ou Distrito Federal	-115,59	-364,69
A Municípios	-219,66	-440,42
Intragovernamentais	-731,39	-724,87
Outras Transferências Concedidas	-13,16	-24,29
Outros Desembolsos Operacionais	-21.076,98	-19.407,47
Dispêndios Extraorçamentários	-156,89	-149,57
Transferências Financeiras Concedidas	-20.920,08	-19.257,64
Valores Compensados	-	-0,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.183,87	1,75
INGRESSOS	2.699,74	3.396,60
Alienação de Bens	58,33	26,99
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.641,41	3.369,61
DESEMBOLSOS	-3.883,61	-3.394,86
Aquisição de Ativo Não Circulante	-84,97	-80,64
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-3.668,58	-3.174,79
Outros Desembolsos de Investimentos	-130,05	-139,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-30,69	523,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.180,03	7.861,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.149,34	8.385,02

Fonte: SIAFI-Web 2021 - Extraído do SIAFIWEB – setembro/2021

2) Notas Explicativas

2.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

As Demonstrações Contábeis do Mapa estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

2.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MAPA, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

2.2.1) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

2.2.2) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.2.3) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; (vii) valores a compensar e (viii) Estoques. Os valores a compensar são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA, a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização decorre de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

2.2.4) Créditos a Curto Prazo

Os estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução

ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoques de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

2.2.5) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Créditos tributários; (ii) Créditos não tributários; (iii) Dívida ativa, somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária e (iv) Empréstimos e financiamentos concedidos.

Os empréstimos concedidos, no INCRA, referem-se a recursos para fomento (Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional) com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo; e no FUNCAFÉ, referem-se a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras.

2.2.6) Investimentos

Os investimentos são compostos por: (i) Participações permanentes; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

A União tem utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

2.2.7) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.2.8) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

2.2.9) Depreciação, amortização ou exaustão de Bens Imóveis não cadastrados no SPIUnet e de Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

2.2.10) Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.2.11) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) Empréstimos e financiamentos; (iii) Fornecedores e contas a pagar; (iv) Obrigações fiscais; (v) Obrigações de repartições a outros entes; (vi) Provisões; e (vii) Demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros” no INCRA registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

2.2.12) Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA, há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB, que referem-se a repasses de recursos pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

2.2.13) Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) Riscos trabalhistas; (ii) Riscos fiscais; (iii) Riscos cíveis; (iv) Repartição de créditos tributários; (v) Provisões matemáticas; e (vi) Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No âmbito do MAPA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Riscos Fiscais na CONAB;
- b) Provisão para Indenizações Trabalhistas na Embrapa e na CONAB e
- c) Provisões para Indenizações Cíveis na Conab.

2.2.14) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

2.2.15) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.2.16) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.2.17) Resultado orçamentário

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis neste trimestre.

2.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019, e o Decreto nº 9.667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;

O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

O DECRETO Nº 10.253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O DECRETO Nº 10.827, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, com vigência a partir de 04 de novembro de 2021.

3) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

3.1) Notas sobre o BALANÇO PATRIMONIAL

A) Ativo Circulante

R\$ Milhões

ESPECIFICAÇÃO	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
ATIVO CIRCULANTE	12.403	13.760	-9,86%	100%
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.149	9.431	-13,59%	65,70%
Créditos a Curto Prazo	4.036	4.051	-0,37%	32,54%
Estoques	217	277	-21,66%	1,75%
VPDs Pagas Antecipadamente	1	0	%	0,01%

Do total do Ativo, no valor de R\$ 412,857, o Ativo Circulante, com saldo de R\$ 12,404 bilhões representa apenas **3%** e houve uma redução em torno de 9,85% em relação ao 2º Trimestre.

→ Caixa e Equivalentes de Caixa:

R\$ Milhões

Conta Contábil	Saldo		AH %	AV %
	SET/2021	JUN/2021		
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.879,16	4.816,26	-19,46%	47,60%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5,39	5,39	0,00%	0,07%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,31	0,31	0,06%	0,00%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	2.148,42	1.848,56	16,22%	26,36%
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA EM TRANSITO	438,25	738,11	-40,63%	5,38%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	36,28	53,62	-32,34%	0,45%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1,03	1,02	0,89%	0,01%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.203,38	1.335,60	-9,90%	14,77%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	432,26	627,56	-31,12%	5,30%
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4,86	4,83	0,54%	0,06%
TOTAIS	8.149,34	9.431,25	-13,59%	100,00%

Do total do Ativo Circulante do MAPA 65,70% refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 8.149 (oito bilhões, cento e quarenta e nove milhões de reais), destacando-se o valor de R\$ 3,879 bilhões da conta **CTU - Recursos da Conta Única Aplicados**.

A conta **"Títulos da Dívida Agrária"**, que equivale a 26,36% do total da conta Caixa e Equivalentes de Caixa e os mesmos referem-se às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária, registrados no órgão do **Incra**.

Destaca-se que, com relação ao Saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito, a STN solicitou, por meio de mensagem no SIAFI, ao INCRA, a apresentação dos motivos da permanência de saldo de Títulos da Dívida Agrária em Trânsito no fechamento do ano de 2020 no valor de R\$ 738 milhões, advindos de outros exercícios. A Autarquia respondeu através do mesmo meio, que foi criado um Grupo de Trabalho conforme O.S. nº 988/2020/DO/SEDE/INCRA, mas que devido à Pandemia tornou-se impossível ao grupo fazer deslocamentos para verificações "in loco" da identificação dos imóveis para os devidos registros. Aguarda-se o fim do estado de emergência para a retomada aos trabalhos do grupo instituído para esse fim. Neste 3º Trimestre o saldo reduziu-se para R\$ 438 milhões.

R\$ Milhões

Por Órgão Subordinado	SET/21	JUN/21	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	3.920	4.963	-21,02%	48,10%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2.964	2.967	-0,10%	36,37%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	531	728	-27,06%	6,52%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	335	388	-13,66%	4,11%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	306	316	-3,16%	3,76%
FUNDO DE TERRAS	91	67	35,82%	1,12%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	2	2	0%	0%
Total:	8.149	9.431	-13,59%	100%

Em relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa por órgão, destaca-se o aumento, em relação ao último trimestre, de 35,82% no Órgão FUNDO DE TERRAS – Administração Direta.

→ **Créditos a Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
Créditos a Curto Prazo	4.036	4.051	-0,37%	100%
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.588	1.542	2,98%	39,35%
CLIENTES	7	17	-58,82%	0,17%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.581	1.532	3,20%	39,17%
AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	0	-7	-100%	0%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.448	2.510	-2,47%	60,65%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	392	514	-23,74%	9,71%
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	166	166	0%	4,11%
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	16	15	6,67%	0,40%
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0	0	0%	0%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.876	1.816	3,30%	46,48%
AJUSTE P/PERDA DE MAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	0	-1	-100%	0%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, **32,54%** refere-se a Créditos a Curto Prazo que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 4,032 bilhões, demonstrando uma redução de 0,37% com relação ao 2º Trimestre/2021.

→ **Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	1.581	1.532	3,20%	100%
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	222	222	0%	14,04%
EMPREST A CONCEDER PELOS AGENTES FINANCEIROS	1.359	1.310	3,74%	85,96%

Órgão	R\$ Milhões		
	SET/2021	JUN/2021	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	222	222	14,04
FUNDO DE TERRAS	1.359	1.310	85,96
Total:	1.581	1.532	100%

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos são compostos por **Empréstimos Concedidos a Receber** no total de R\$ 222 milhões - que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária do INCRA - e **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – no total de R\$ 1,359 bilhão, que representam 85,96% do valor total da rubrica e refere-se à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

- **No INCRA** que se refere a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;
- **No FUNCAFE** que se refere a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura. Não há a evidência da contabilização dos juros contratuais por competência;
- **No FUNDO DE TERRAS** que se refere aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência. Em todos os casos estuda-se junto a CCONT/STN a possibilidade da efetivação desses registros.

→ **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:**

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	392	514	-23,74%	100%
13 SALARIO – ADIANTAMENTO	162	196	-17,35%	41,33%
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	44	51	-13,73%	11,22%
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	147	237	-37,97%	37,50%
Outras Contas	39	30	30,00%	9,95%

R\$ Milhões				
ESPECIFICAÇÃO	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	1.876	1.816	3,30%	100%
RECURSOS DA UNIAO	321	346	-7,23%	17,11%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	786	686	14,58%	41,90%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	690	705	-2,13%	36,78%
Outras Contas	79	79	0%	4,21%

R\$ Milhões				
Órgão	SET/2021	JUN/2021	% AH	%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	22	21	4,76%	0,90%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	15	15	0%	0,61%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	164	154	6,49%	6,70%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	243	245	-0,82%	9,93%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	527	582	-9,45%	21,53%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.477	1.493	-1,07%	60,33%
Total	2.448	2.510	-2,47%	100%

O saldo da Embrapa apresentou aumento com relação ao último trimestre, na ordem de 6,49% no que se refere ao adiantamento de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo da CONAB e do MAPA representam, juntos, 81,86% do valor total da rubrica. A CONAB, que ocupa a maior parcela de representatividade nessa rubrica, 60,33% do total, apresentou decréscimo de 1,07% nesse trimestre, comparado ao anterior.

No que se refere ao MAPA, que ocupou 21,53% do total da rubrica, houve uma redução da ordem de 9,45%, provocado pela diminuição das transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), que apesar disso, continua responsável pela maior parcela do saldo.

→ Estoque:

R\$ Milhões				
ESPECIFICAÇÃO	SET/21	JUN/21	AH%	AV%
ESTOQUES	217	277	-21,66%	100%
MERCADORIAS PARA REVENDA	151	211	-28,44%	69,59%
PRODUTOS E SERVICOS ACABADOS	1	2	-50,00%	0,46%
PRODUTOS E SERVICOS EM ELABORACAO	0	0	0%	0%
MATERIAIS EM TRANSITO	8	6	33,33%	3,69%
ALMOXARIFADO	47	48	-2,08%	21,66%
OUTROS ESTOQUES	10	10	0%	4,61%

Do total do Ativo Circulante do MAPA, 1,75% refere-se a Estoques que, neste trimestre, apresenta o saldo de R\$ 217 milhões e diminuiu 21,66% com relação ao 2º Trimestre. Os estoques compreendem especialmente as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração e almoxarifado.

R\$ Milhões				
Órgão	SET/2021	JUN/2021	% AH	% AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	13	13	0%	5,99%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3	3	0%	1,38%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	42	44	-4,55%	19,35%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	159	217	-26,73%	73,27%
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	0%	0%
Total	217	277	-21,66%	100%

Em relação aos Estoques, destaca-se o saldo da **Conab**, que representa 73,27% de todo o grupo e diminuiu 26,73%, com relação ao 2º Trimestre referente a aquisição de produtos que compõem a cesta básica para doação.

O saldo de Estoques da **Embrapa**, representa 19,35% do grupo e diminuiu 4,55% com relação ao 2º Trimestre referente a aquisição de materiais de consumo, animais e minerais.

B) Ativo não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	400.453	365.520	9,56%	100%
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.914	23.627	5,45%	6,22%
Investimentos	12	13	-7,69%	0%
Imobilizado	375.408	341.762	9,84%	93,75%
Intangível	119	118	0,85%	0,03%

Do total do Ativo, no valor de **R\$ 412,857 bilhões**, o Ativo Não Circulante representa 97% e seu saldo aumentou 9,56% em relação ao 2º Trimestre.

→ Ativo realizável a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/21	JUN/21	AH%	AV%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24.914	23.627	5,45%	100%
CREDITOS A LONGO PRAZO	15.024	13.767	9,13%	60,30%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.848	9.860	-0,12%	39,53%
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LP	0	0	0%	0%

→ Créditos a Longo Prazo - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/21	JUN/21	AH%	AV%
CREDITOS A LONGO PRAZO	15.024	13.767	9,13%	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	14.684	13.427	9,36%	97,74%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - ESTOQUE PROPRIO	201	201	0%	1,34%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	139	139	0%	0,93%
FATURAS/DUPLIC A RECEBER - PRESTACAO SERVICOS	0	0	0%	0%
AJUSTE PERDA PARA CREDITO LIQUIDACAO DUVIDOSA	0	0	0%	0%

Empréstimos e Financiamentos Concedidos		R\$ Milhões			
Órgão	SET/21	JUN/21	AH	AV	
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.166	6.096	1,15%	41,04%	
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	5.383	4.197	28,26%	35,83%	
FUNDO DE TERRAS	3.134	3.134	0%	20,86%	
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	-	
Total	15.024	13.427	11,89%	100%	

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos tiveram um acréscimo de 9,36% em relação ao 2º trimestre, destacando-se o órgão **INCRA**, que representa 41,04% do total desse subgrupo e que teve um acréscimo de 1,15% com relação ao 2º Trimestre devido ao pagamento de empréstimos concedidos vinculado ao contrato de instalação (Habitacional e Semiárido); e o **Funcafé**, que representa 35,83% desse total, e refere-se aos empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo.

Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	SET/2021	JUN/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	139	139	0%	100%
Total	139	139	0%	100%

A Dívida Ativa Não Tributária do **Incra** (100% do total da rubrica) é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, as publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas na Autarquia Incra.

→ **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.143	8.143	0%	82,34%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.342	1.316	1,98%	13,57%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	358	355	0,85%	3,62%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	46	45	2,22%	0,47%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	1	1	0%	0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	0	0	0%	0%
Total	9.890	9.860	0,30%	100%

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/21	JUN/21	AH%	AV%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9.890	9.860	0,30%	100%
CRÉDITOS A RECEBER - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.827	7.827	0%	79,14%
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.264	1.194	5,86%	12,78%
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	327	372	-12,10%	3,31%
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	282	280	0,71%	2,85%
Demais Contas	190	187	1,60%	1,92%

Demais Créditos e Valores a Longo Prazo tiveram acréscimo de **0,30%** e o órgão **Incra** representa **82,34%** do total da rubrica, no valor de **R\$ 9.890 bilhões**. Desse total, **R\$ 7,827 bilhões** refere-se a conta “Créditos a receber – Regularização” que tem como função registrar os valores a receber decorrentes de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

- **Imobilizado** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#);
- **O Intangível** é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#);
- Os **Investimentos** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#).

C) Passivo Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	5.338	4.211	26,76%	100%
Demais Obrigações a Curto Prazo	3.090	1.747	76,87%	57,89%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.259	1.345	-6,39%	23,59%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	640	658	-2,74%	11,99%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	146	176	-17,05%	2,74%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	201	284	-29,23%	3,77%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2	1	100%	0,04%

Do total do Passivo Exigível no valor de R\$ 7,309 bilhões, o Passivo Circulante representa 73,03% e seu saldo no total de R\$ 5,338 bilhões aumentou 26,76% com relação ao 2º Trimestre.

→ Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
DEBITOS DE OPERACOES ESPECIAIS – CONAB	602	620	-2,90%	94,06%
CONTRATOS DE EMPRESTIMOS INTERNOS - FUNDO DE TERRAS	38	38	0%	5,94%
Total:	640	658	-2,74%	100%

O saldo da CONAB teve decréscimo de 2,90% em relação ao 2º Trimestre, referente em sua maioria nos pagamentos de equalização da ação orçamentária 0299-AGF Equalização para a IF 955 - CONAB. O saldo restante representa o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. Tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques e da recuperação de créditos, conforme Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004.

→ Os Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo são objeto de análise à parte conforme a [Nota nº 001](#);

→ Demais Obrigações a Curto Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	1.585	125	1.168,00%	51,29%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.099	1.143	-3,85%	35,57%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	120	123	-2,44%	3,88%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	287	357	-19,61%	9,29%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	0	0	0%	0%
Total:	3.090	1.747	76,87%	100%

ESPECIFICAÇÃO	SET/21	AV%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.090	100%
PRECATORIOS DE TERCEIROS	1.463	47,35%
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR – TED	1.117	36,15%
ENTIDADES CREDORAS – FEDERAIS	125	4,05%
CONSIGNACOES	90	2,91%
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	40	1,29%
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	18	0,58%
Demais Contas	237	7,67%

A variação positiva nas Obrigações a Curto Prazo destacou-se no Órgão INCRA, que acresceu 1.168,00% em relação ao 2º Trimestre. Esse acréscimo decorreu-se pelos registros contábil desse passivo em observação a Nota Técnica emitida pela Consultoria Jurídica e Processo SEI nº 0021780-52.2021.4.01.8000.

No demais órgãos houve decréscimo, porém no órgão Mapa foi maior a variação negativa em torno de 19,61% sendo que a rubrica “Depósitos de Terceiros” foi a que teve o maior decréscimo em torno de 95,52%.

Apesar da ocorrência de variações significativas tanto positivas quanto negativas, o total das Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu acréscimos significativos em torno de 76,87%.

D) Passivo não Circulante

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.971	1.921	2,60%	100%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2	4	-50,00%	0,10%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	316	316	0%	16,03%
Provisões a Longo Prazo	645	561	14,97%	32,72%
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.008	1.040	-3,08%	51,14%

Do total do Passivo Exigível, no valor de R\$ 7,309 bilhões, o Passivo Não Circulante representa 26,97% e seu saldo no total de R\$ 1,971 bilhão teve um acréscimo de 2,60% com relação ao 2º Trimestre. A Conta PRECATÓRIOS DE PESSOAL a Longo Prazo no valor de R\$ 2,602 milhões teve redução de 27,16% em relação ao 2º Trimestre. Quanto aos pagamentos de PRECATÓRIOS DE TERCEIROS – Longo Prazo, no valor de R\$ 19,737 milhões teve redução de 77,27% em relação ao Trimestre anterior e são somente realizados a medida que a justiça decide sobre o pagamento, ou não, dessas dívidas.

O subgrupo **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo**, referente especialmente a Precatórios de Pessoal, representa apenas 0,10% do total do Ativo Não Circulante e sofreu um decréscimo em torno de 58,22% com relação ao 2º Trimestre.

- **Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#);
- As **Provisões a Longo Prazo** são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#).
- **Demais Obrigações a Longo Prazo:**

Órgão	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	20	88	-77,27%	1,98%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	40	40	0%	3,97%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	948	912	3,95%	94,05%
Total:	1.008	1.040	-3,08%	100%

O Órgão CONAB representa 94,05% do valor total da rubrica e teve um acréscimo em torno de 3,95% em relação ao 2º Trimestre. O saldo do Incra, no total de R\$ 20 milhões, representa 1,98% da rubrica.

E) Patrimônio Líquido

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Milhões			
	SET/2021	JUN/2021	AH%	AV%
Patrimônio Social e Capital Social	3.351	3.351	0%	0,83%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	54	43	25,58%	0,01%
Reservas de Capital	0	0	0%	0%
Reservas de Lucros	19	19	0%	0%
Demais Reservas	13	13	0%	0%
Resultados Acumulados	402.111	347.448	-	-
Resultado do Exercício	54.625	22.274	145,24%	13,47%
Resultados de Exercícios Anteriores	347.674	347.674	0%	85,73%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-188	-226	-16,81%	-0,05%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.548	373.148	8,68%	100%

Resultados Acumulados:

Órgão	R\$ Milhões			
	SET/202	JUN/202	AH%	AV%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	327.795	327.759	0,01%	94,33%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	8.911	8.908	0,04%	2,56%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	8.810	8.810	0%	2,54%
FUNDO DE TERRAS	4.401	4.401	0%	1,27%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	45	45	0%	0%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	-	-	-	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-2.475	-2.474	0,04%	-0,71%
Total	347.487	347.448	0,01%	100%

O órgão com maior relevância é o INCRA que representa 94,33% do total do grupo.

3.2) Notas sobre o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

a) Regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado:

O regime orçamentário adotado é o misto (caixa para a receita e competência para a despesa), conforme a lei nº 4.320/64, em seu art.35º, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Os dados apresentados no Balanço Orçamentário são os valores do segundo trimestre do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA da receita estimada e despesa fixada pela Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, LOA para o exercício financeiro de 2021.

O total da previsão inicial das Receitas Correntes e das Receitas de Capital do 3º trimestre de 2021 é de R\$ 15.303 milhões (quinze bilhões, trezentos e três milhões de reais), cujas receitas realizadas são de R\$ 4.741 milhões (quatro bilhões, setecentos e quarenta e um milhões de reais), equivalente à 30,98% das receitas previstas, conforme tabela de Receitas Realizadas no 3º Trimestre.

R\$ MILHÕES

RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.937	1.937	2.042	104
Receitas Tributárias	64	64	54	10
Receitas de Contribuições	1.325	1.325	1.293	-32
Receita Patrimonial	212	212	359	147
Receita Agropecuária	10	10	9	-1
Receita Industrial	0	0	0	0
Receitas de Serviços	203	203	128	-75
Transferências Correntes	25	25	0	-25
Outras Receitas Correntes	98	98	199	101
RECEITAS DE CAPITAL	13.366	13.366	2.700	-10.666
Operações de Crédito	6.183	6.183	0	-6.183
Alienação de Bens	1.443	1.443	58	-1.385
Amortização de Empréstimos	5.737	5.737	2.641	-3.095
Transferências de Capital	3	3	0	-3
SUBTOTAL DE RECEITAS	15.303	15.303	4.741	-10.562
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.303	15.303	4.741	-10.562
DEFICIT			9.890	9.890
TOTAL	15.303	15.303	14.631	-672
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO	-	43	43	-

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – setembro/2021.

A Despesa fixada, Despesa Corrente e Despesa de Capital, apresenta a dotação inicial de R\$ 24.718 milhões (vinte e quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões de reais) neste trimestre, com Despesas Empenhadas de R\$ 14.631 (quatorze bilhões, seiscentos e trinta e um milhões de reais), equivalente à 59,19% da Dotação Inicial, conforme tabela de Execução da Despesa.

R\$ MILHÕES

EXECUÇÃO DA DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.883	12.727	8.942	8.046	7.272	3.784
Pessoal e Encargos Sociais	8.904	8.910	6.800	6.293	5.766	2.111
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.979	3.816	2.142	1.752	1.506	1.674
DESPESAS DE CAPITAL	11.557	11.471	5.689	2.727	2.724	5.782
Investimentos	2.012	1.835	867	3	3	968
Inversões Financeiras	9.545	9.635	4.822	2.723	2.721	4.814
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	278	278	-	-	-	278
TOTAL	24.718	24.475	14.631	10.773	9.996	9.844

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – set/2021.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP), que são todas as despesas regularmente empenhadas e que não foram liquidadas no exercício financeiro anterior, ou seja, ainda não foi formalizado o processo de prestação de serviço ou entrega do bem pelo fornecedor, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 1.907 (um bilhão, novecentos e sete milhões de reais), referente à 27,55% do total dos Restos a Pagar não Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, de acordo com o Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	300	615	499	484	54	377
Pessoal e Encargos Sociais	68	33	36	36	23	43
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	231	581	463	448	31	334
DESPESAS DE CAPITAL	2.251	3.757	1.495	1.423	21	4.564
Investimentos	1.205	1.695	441	370	19	2.511
Inversões Financeiras	1.047	2.062	1.054	1.053	2	2.053
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.551	4.372	1.993	1.907	75	4.940

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – setembro/2021.

Quanto aos Restos a Pagar Processados, que são todas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas no exercício financeiro anterior, apresenta valor pago neste trimestre de R\$ 666 (seiscentos e sessenta e seis milhões de reais), referente à 69,16% do total dos Restos a Pagar Processados: os inscritos em exercícios anteriores mais os inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior menos os cancelados, conforme o Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	109	684	624	51	119
Pessoal e Encargos Sociais	0	568	520	48	0
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109	116	104	3	119
DESPESAS DE CAPITAL	81	88	43	9	117
Investimentos	75	44	38	4	76
Inversões Financeiras	6	44	5	5	41
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	190	773	666	60	236

Fonte: SIAFI-Web 2021 – extraído do SIAFIWEB – setembro/2021.

b) Período a que se refere o orçamento:

O período do orçamentário é anual, conforme o princípio da anualidade orçamentária. A Lei do Orçamento de 2021, **Lei nº 14.144**, foi decretada pelo Congresso Nacional e foi sancionada pelo Presidente da República em 22 de abril de 2021, entrando em vigor na data de publicação, 23 de abril de 2021.

c) Entidades abrangidas:

Órgãos Subordinados
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA

d) Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante:

As despesas intraorçamentárias decorrentes da emissão de Termo de Execução Descentralizada – TED, são discriminadas por:

- Descentralizações Concedidas pelo MAPA: R\$ 23.779 (vinte e três bilhões, setecentos e setenta e nove milhões de reais), com valores expressivos no Órgão CONAB, equivalente à 55,10% do total firmado.
- Descentralizações Recebidas para o MAPA: R\$ 1.936 milhões (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões de reais), com valores expressivos no Órgão da CONAB, representando 86,21% do total firmado.

R\$ MILHÕES

Órgão	TED'S RECEBIDAS PARA O MAPA				TED'S CONCEDIDAS PELO MAPA			
	VALORES FIRMADOS	TED A RECEBER	TED A COMPROVAR	TED COMPROVADO	VALORES FIRMADOS	A REPASSAR	A COMPROVAR	COMPROVADO
MIN.AGRICULTURA	1.518	429	99	-	8.611	1.645	3.792	1.089
INCRA	1.077	106	938	11	19.363	14.420	4.942	-
EMBRAPA	695	250	290	95	411	110	104	197
CONAB	20.499	914	18.068	828	-	.	.	-
FUNCAFÉ	-	-	-	-	.	.	.	-
SFB	-	-	-	-	822	110	590	72
Total	23.779	1.700	19.394	935	29.207	16.286	9.429	1.358

e) Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário):

Os créditos orçamentários de Dotação Inicial, aqueles aprovados pela LOA, totalizou R\$ 24.718 milhões (vinte e quatro bilhões, setecentos e dezoito milhões de reais), e no decorrer do segundo trimestre ocorreu acréscimo de crédito adicional do tipo Suplementar no total de R\$ 5.368 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e oito milhões de reais) e Cancelamento e Remanejamento de Dotação no total de R\$ 5.611 (cinco bilhões, seiscentos e onze milhões de reais), apresentando uma redução neste trimestre de R\$ 243 (duzentos e quarenta e três milhões de reais) de créditos orçamentários.

R\$ MILHÕES

Órgão UGE	DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	DOTAÇÃO ESPECIAL	DOTACAO EXTRAORDINÁRIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	8.314	2.487	-	-	-2.735	8.065
INCRA	4.255	463	-	-	-464	4.255
EMBRAPA	3.490	1.919	-	-	-1.914	3.495
CONAB	2.518	476	-	-	-476	2.518
FUNCAFE	5.979	0	-	-	0	5.979
SFB	83	23	-	-	-23	84
FUNDO DE TERRAS	79	-	-	-	0	79
TOTAL	24.718	5.368			-5.611	24.475

f) Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.

1. **Utilização de Superávit Financeiro:** a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, por meio da **Portaria FAZENDA/ME Nº 5.545**, de 11 de maio de 2021, que Abriu aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 18.773 milhões (dezoito bilhões, setecentos e setenta e três milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, liberou as dotações que estavam condicionadas no órgão "93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição", para esta Pasta. Nessa publicação, foram trocadas as fontes 944, para as fontes de recursos provenientes de superávit financeiro, fonte 350, no montante de R\$ 51 milhões (cinquenta e um milhões de reais). Essa alteração não teve impacto no valor total da LOA do MAPA.
2. **Reabertura de créditos Especiais e Extraordinários:** não houve.

g) Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária.

Até o encerramento do 3º trimestre de 2021, a receita prevista pela **Lei nº 14.144** de 22/04/21 não houve atualização.

h) Informações gerais da Setorial Orçamentária / MAPA.

A diferença entre a dotação do Mapa registrada no final de junho e o valor registrado até o final de setembro de 2021, está demonstrada a dotação do MAPA (incluindo todas as Unidades Orçamentárias) teve um incremento no valor de R\$ 23,512 milhões conforme comparativo a seguir:

R\$ 1,00

Posição em: 30/06/2021					
Unidade	UO	Dotação Atual	Empenhado	Empenho liquidado	Pago
SFB	22106	74.412.390	19.543.375	13.787.181	11.542.740
	73115	5.162.955	0	0	0
	93181	3.896.752	0	0	0
	Total	83.472.097	19.543.375	13.787.181	11.542.740
INCRA	22201	4.282.263.136	3.587.981.342	3.038.853.213	2.933.145.493
	74203	16.216.355	0	0	0
	93182	56.355.435	0	0	0
	Total	4.354.834.926	3.587.981.342	3.038.853.213	2.933.145.493
MAPA	22101	6.941.851.330	2.386.483.297	2.198.906.958	1.594.489.279
	74104	630.000.000	0	0	0
	74906	78.823.333	29.215.900	29.215.900	29.215.900
	93180	417.757.155	0	0	0
Total	8.068.431.818	2.415.699.197	2.228.122.859	1.623.705.180	
Embrapa	22202	2.924.086.564	1.828.073.789	1.501.314.554	1.272.315.402
	93183	570.789.066	0	0	0
	Total	3.494.875.630	1.828.073.789	1.501.314.554	1.272.315.402
Conab	22211	2.364.049.379	881.642.898	585.209.364	531.523.432
	93184	154.141.935	0	0	0
	Total	2.518.191.314	881.642.898	585.209.364	531.523.432
Funcafé	22906	5.964.808	215.970	214.961	214.961
	74901	5.972.988.593	723.194	578.271	578.271
	Total	5.978.953.401	939.164	793.233	793.233
Total		24.498.759.186	8.733.879.764	7.368.080.403	6.373.025.479

R\$ 1,00

Posição em: 30/09/2021					
Unidade	UO	Dotação Atual	Empenhado	Empenho liquidado	Pago
SFB	22106	75.016.676	31.352.543	22.817.209	21.161.302
	73115	5.162.955	0	0	0
	93181	3.896.752	0	0	0
	Total	84.076.383	31.352.543	22.817.209	21.161.302
INCRA	22201	4.182.363.136	3.322.506.522	2.925.051.649	2.851.027.200
	74203	16.216.355	0	0	0
	93182	56.355.435	0	0	0
	Total	4.254.934.926	3.322.506.522	2.925.051.649	2.851.027.200

MAPA	22101	7.017.634.438	4.926.893.479	3.909.338.571	3.485.473.054
	74104	630.000.000	11.455.129	5.627.140	5.616.136
	74906	78.823.333	78.823.333	78.823.333	78.823.333
	93180	417.757.155	0	0	0
Total	8.144.214.926	5.017.171.941	3.993.789.044	3.569.912.523	
Embrapa	22202	2.924.086.564	2.555.572.293	2.332.887.841	2.126.516.981
	93183	570.789.066	0	0	0
	Total	3.494.875.630	2.555.572.293	2.332.887.841	2.126.516.981
Conab	22211	2.364.049.379	988.437.390	878.131.196	841.940.664
	93184	154.141.935	0	0	0
	Total	2.518.191.314	988.437.390	878.131.196	841.940.664
Funcafé	22906	5.964.808	708.935	359.497	352.494
	74901	5.972.988.593	4.635.102.781	2.547.611.505	2.547.611.505
	Total	5.978.953.401	4.635.811.716	2.547.971.002	2.547.963.999
Total	24.475.246.580	16.550.852.405	12.700.647.941	11.958.522.669	

R\$ 1,00

Diferença (30/09/2021 - 30/06/2021)

Unidade	UO	Dotação Atual
SFB	22106	-604.286
	73115	0
	93181	0
	Total	-604.286
INCRA	22201	99.900.000
	74203	0
	93182	0
	Total	99.900.000
MAPA	22101	-75.783.108
	74104	0
	74906	0
	93180	0
Total	-75.783.108	
Embrapa	22202	0
	93183	0
	Total	0
Conab	22211	0
	93184	0
	Total	0
Funcafé	22906	0
	74901	0
	Total	0
Total		23.512.606

3.3) Notas sobre a DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	91.267	39.094	133,46%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.643	34.353	6,67%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	54.624	4.741	1.052,18%

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	91.267	39.094	133,46%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	77	62	24,19%	0,08%
Contribuições	1.370	1.254	9,25%	1,50%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	194	196	-1,02%	0,21%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	444	388	14,43%	0,49%
Transferências e Delegações Recebidas	29.553	29.408	0,49%	32,38%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	58.938	6.965	746,20%	64,58%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	691	821	-15,83%	0,76%

a) VPA – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

Neste Trimestre o valor total da rubrica foi de R\$ 65,933 milhões, um acréscimo de 24,19% em relação ao 2º Trimestre e foi referente a taxas, decorrente do aumento de arrecadações de taxa pelo exercício de poder de polícia nos órgãos do Mapa e Incra, e taxa pela prestação de serviços na Secretaria de Aquicultura e Pesca, sendo que no Incra houve um aumento de 30,14% nas arrecadações.

b) VPA – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Neste Trimestre o valor total da rubrica foi de R\$ 444,255 milhões e ocorreu um acréscimo de 14,43% em relação ao 2º Trimestre.

- a) VPA de Juros e Encargos de Mora teve aumento de 15,10% com destaque no INCRA;
- b) VPA de Variações Monetárias e Cambiais teve um aumento de 32,74% com destaque na Embrapa.

c) VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:

Neste Trimestre o valor total da rubrica foi de R\$ 58,938 bilhões e ocorreu um acréscimo de 746,20% na rubrica de VPA ganhos com ativos e desincorporação de passivos, ocasionado, entre outros, por significativos registros de imóveis de uso especial no SPIUNET, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

d) VPA – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas:

Houve um decréscimo de 15,83% na rubrica Outras VPAs em 2021, destacando-se a diminuição das reversões de provisões e ajustes para perdas no órgão da Conab decorrente do Processo 21200.003732/2021-16.

	2021	2020	AH%	AV%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	36.643	21.172	73,07%	100,00%
Pessoal e Encargos	4.575	3.047	50,15%	12,49%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.162	1.446	49,52%	5,90%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.723	756	260,19%	7,43%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4	2	100,00%	0,01%
Transferências e Delegações Concedidas	22.158	13.712	61,60%	60,47%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.897	1.619	140,70%	10,64%
Tributárias	18	17	5,88%	0,05%
Custo - Mercadorias, Produtos Venda. e dos Serviços Prestados	171	158	8,23%	0,47%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	935	415	125,30%	2,55%

Coordenação de Contabilidade/MAPA

e) VPD – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

Ocorreu um decréscimo de 260,19% na rubrica VPD uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ocasionado, entre outros, pela diminuição da VPD de Serviços no órgão da Conab e pela diminuição das VPD's de depreciação, amortização e exaustão nos órgãos do Mapa, Incra e Conab.

f) VPD – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:

Houve um aumento de 140,70% na rubrica de VPD Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, motivado, sobretudo, nos acréscimos das perdas com alienação de móveis no órgão do Mapa referente ao 1º leilão de Bens inservíveis do exercício de 2021, perdas involuntárias com estoques na Conab e principalmente desincorporação de ativos na Superintendência do Mato Grosso-Incra referente à baixa de imóveis cadastrados no SPIUNET em atendimento ao acórdão TCU 3782/2020, baixa de imóveis e trombetas na Superintendência Regional de Santarém, e baixas diversas de ativos no Núcleo Estoque Regulador da Conab.

g) VPD – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:

Ocorreu um aumento de 125,30% na rubrica de VPD Subvenções Econômicas da Secretaria de Política Agrícola-Mapa referente ao seguro rural.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 3º Trimestre de 2021, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 461,853 milhões, relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo e representa uma redução de 27,54% em relação ao último trimestre.

A seguir apresenta-se a tabela segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante Curto Prazo	146	363	-59,83%
Nacionais	145	362	-60,01%
Estrangeiros	1	1	0%
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	0%
Nacionais	316	316	0%
Total	462	679	-31,99%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/09/2021 os saldos relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo.

Quanto ao Curto Prazo verifica-se um decréscimo de 59,83%.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se os Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/09/2021.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	30/09/2021	AV (%)
FUNCAFE	316	68,39%
MAPA	67	14,48%
CONAB	31	6,66%
INCRA	28	6,01%
EMBRAPA	19	4,21%
SFB	1	0,24%
Total	462	100%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 68,39% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relacionam-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/09/2021.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDORES	R\$ Milhões	
	30/09/2021	AV (%)
BANCO DO BRASIL SA	316	78,22%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	60	14,85%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	8	1,98%
CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	6	1,49%
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	4	0,99%
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA - EPP	4	0,99%
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	2	0,50%
TRANSPORTADORA BRASIL CENTRAL LTDA	2	0,50%
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	1	0,25%
AGENCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURA	1	0,25%
Total	404	100%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Nota nº 002 - Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial em 30/09/2021, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuía saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4,590 bilhões, valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/09/2021. Apresentamos tabela extraída do Tesouro Gerencial consolidando as obrigações contratuais referentes ao 3º Trimestre de 2021, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões			
	30/09/20	31/12/20	AH(%)	AV(%)
Aluguéis	12	12	-5,58%	0,25%
Fornecimento de Bens	126	130	-2,62%	2,75%
Empréstimos e	1336	1359	-1,67%	29,12%
Seguros	73	74	-0,78%	1,59%
Serviços	3.020	2.782	8,58%	65,80%
Demais	23	23	00%	0,49%
Total	4.590	4.378	4,83%	100%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Com base nas informações da tabela 01, as obrigações contratuais do Mapa somente item relativo a Serviços apresentou um aumento de 8,58%, enquanto os demais tiveram reduções pontuais comparados ao último trimestre de 2020. Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços se destacam representando 65,80% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	30/09/2021	AV (%)
FUNCAFE	1.340	29,20%
CONAB	1.198	26,10%
MINIST. DA AGRICULTURA	1.124	24,50%
INCRA	563	12,26%
EMBRAPA	325	7,09%
SFB	39	0,86%
Total	4.590	100%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

A tabela 02, relaciona os órgãos subordinados contratantes na data-base de 30/09/2021. O órgão **FUNCAFÉ** possui maiores obrigações contratuais em torno de 29,20% do valor total das obrigações contratuais, sendo a maior parte dessas obrigações referentes a Empréstimos e Financiamentos – seguido da **CONAB** – com 26,10% do valor total das obrigações contratuais, das quais a maioria refere-se a contrato de Serviços.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	30/09/2021	AV (%)
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL – CIBRIUS	966	42,09%
BANCO BRADESCO S.A.	247	10,76%
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	209	9,11%
SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	206	8,98%
BANCO MFG BRASIL S.A.	151	6,58%
BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	132	5,75%
BANCO DO BRASIL SA	120	5,23%
BANCO CITIBANK S A	91	3,97%
CAST INFORMATICA S/A	89	3,88%
SERPRO - SEDE - BRASILIA	84	3,66%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	2.295	100%
➔ Demais Obrigações – Por Contratado.	2.295	
Total	4.590	

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

A tabela 03 relaciona os dez contratados que estão com os valores mais expressivos na data-base de 30/09/2021. Os três contratados com valores mais expressivos são da **CONAB** e **EMBRAPA**. Sendo que a obrigação contratual com a CIBRIUS, no valor de R\$ 966 milhões representa 42,09% das 10 primeiras obrigações contratuais e 21,05% do total de todas as obrigações contratuais do MAPA.

Nota nº 003 - Provisões

Em 30 de setembro de 2021 o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 644,802 milhões** relacionados a provisões de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 3º trimestre 2021.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Provisões a curto prazo	0	0	0%
Provisões a longo prazo	645	544	18,55%
Total	645	544	18,55%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Provisões de Longo Prazo

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme as tabelas a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Longo Prazo por Órgão.

Órgãos	R\$ Milhões		
	0/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	327	253	29,30
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	318	291	9,23
Total	645	544	18,55

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Em **30/09/2021** o saldo apresentado na conta foi de R\$ 644,802 milhões de reais, sendo na **Embrapa** R\$ 327 milhões e na **CONAB** R\$ 318 milhões. Assim, os dois órgãos (EMBRAPA e CONAB) possuem o total de provisões a longo prazo quase que divididos à metade para cada um, ficando a EMBRAPA com o percentual de 50,64% e a CONAB com 49,36%.

Tabela 03 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

Provisões	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH(%)
Riscos	582	503	15,68%
Riscos Fiscais	28	6	406,96%
Riscos Cíveis	35	35	-0,94%
Total	645	544	18,55%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

A Provisão para Riscos Fiscais, em termos percentuais, foi a que apresentou forte acréscimo, seguido pela Provisão para Indenizações Trabalhistas, em termos absolutos, é a segunda mais relevante dentre as de longo prazo, uma vez que ocupa 90,23% do total das provisões a longo prazo.

Embrapa

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em set/2021	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Trabalhistas		
Prováveis		Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de /Teto gratificação/Jornalistas/ (*)Pagamento de Premiação salarial
Cíveis		
Prováveis		Anulação de ato administrativo
Previdenciários		
Prováveis		Encargos Previdenciários
Tributários		
Prováveis		Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF
TOTAL	276	

Notas Explicativas:

(1) A Planilha consiste dos processos ativos, onde a Embrapa é Ré, da Justiça Trabalhista e Federal.

CONAB

R\$ Milhões

Natureza	Valor Estimado em set/2021
Trabalhistas	
Prováveis	582
Cíveis	
Prováveis	35
Fiscais	
Prováveis	28
TOTAL	645

Nas Provisões a Longo Prazo da CONAB, 90,23% são referentes a Riscos Trabalhistas e Riscos Cíveis a serem desembolsados a longo prazo, conforme planilha de Provisões Passivas, elaboradas pelas áreas jurídicas da Companhia.

No MAPA como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais, assim como os registros para perdas.

Nota nº 004 - Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), a qual é preservada para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30 de setembro de 2021, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 375,408 bilhões, líquidos da depreciação e amortização, que representou um acréscimo de 16,54% em relação ao 4º trimestre/2020.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2021 e para o exercício de 2020.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	1.268	1.293	-1,93%
(+) Valor Bruto Contábil	2.564	2.525	1,54%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.268)	(1.205)	5,28%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(27)	0%
Bens Imóveis	374.140	320.838	16,61%
(+) Valor Bruto Contábil	375.157	321.829	16,57%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1.017)	(991)	2,62%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	%
Total	375.408	322.131	16,54%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/09/2021 totalizavam em R\$ 1.268 bilhão, líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ Milhões		
Bens Móveis – Composição	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.115	1.096	1,75%
Bens de Informática	520	490	6,17%
Móveis e Utensílios	257	257	0%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	35	35	0%
Veículos	477	478	-0,22%
Bens Móveis em Andamento	2	6	-69,80%
Bens Móveis em Almoxarifado	37	44	-14,76%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4	5	-4,87%
Demais Bens Móveis	115	115	0%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.268)	(1.205)	5,28%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(27)	0%
Total	1.268	1.293	-1,94%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Constavam Bens Móveis registrados, no valor de R\$ 19.453 milhões no fechamento do balanço 2020 referente à conta de Bens Não Localizados. No final do 3º trimestre/2021 este valor diminuiu para R\$ 18.739 milhões.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de Bens Não Localizados.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/09/2021 totalizavam R\$ 375.157 (trezentos e setenta e cinco bilhões, cento e cinquenta e sete milhões de reais), líquidos de depreciação/amortização, e tiveram um aumento de 16,57% em relação ao período de 31/12/2020, com maior concentração no Órgão INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 331.719 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTAL GERAL	
Mês Lançamento	SET/2021	014/2020	SET/2021	014/2020	SET/2021	014/2020	SET/2021	014/2020	SET/2021	014/2020	SET/2021	014/2020
Contas	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
Bens de Uso Especial	8.071,45	7.509,96	220.026,82	166.005,79	516,15	515,73	309,75	307,13	0,86	0,86	228.925,02	174.339,47
Bens Dominicais	0,00	0,00	145.265,69	146.507,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.265,69	146.507,22
Bens Imóveis em Andamento	81,80	112,72	431,17	422,77	51,74	44,69	20,67	32,21	2,38	2,94	587,76	615,34
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	23,50	23,50	2,25	2,25	212,01	210,99	9,73	1,39	0,00	0,00	247,49	238,13
Instalações	21,61	21,58	14,54	14,54	89,45	87,26	0,16	0,09	0,30	0,30	126,06	123,76
Demais Bens Imóveis	0,24	0,24	4,75	4,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,99	4,99
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(47,86)	(47,11)	(396,91)	(393,50)	(352,83)	(333,70)	(219,73)	(216,70)	(0,00)	(0,00)	(1.017,34)	(991,01)
Redução ao Valor Recuperável							0,00				0,00	0,00
Total	8.150,74	7.620,90	365.348,31	312.563,82	516,52	524,97	120,57	124,12	3,53	4,09	374.139,67	320.837,90

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

R\$ Milhões

Bens Imóveis – Composição	31/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens de Uso Especial	228.925	174.339	31,31%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	0%
Bens Dominicais	145.266	146.507	-0,85%
Bens Imóveis em Andamento	588	615	-4,48%
Instalações	126	124	1,86%
Demais Bens Imóveis	5	5	0%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	247	238	3,93%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0%
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(1.017)	(991)	2,66%
Totais	374.140	320.838	16,61%

Fonte: TesouroGerencial – set/2021

De acordo com a tabela ao lado, os BENS DE USO ESPECIAL apresentaram um acréscimo de 31,31% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 2º trimestre/2021, perfazendo o montante de **R\$ 228.928 bilhões** a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL, os quais são considerados os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal, são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

R\$ Milhões

Bens de Uso Especial – Composição	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	94.630	93.591	1,11%
Terrenos, Glebas	124.723	71.742	73,85%
Imóveis de Uso Educacional	1	1	0%
Edifícios	1.122	1.094	2,61%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.657	0%
Imóveis Residenciais e Comerciais	118	119	-1,08%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1	1	0%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.967	1.967	0%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	4.706	4.168	12,90%
Totais	228.925	174.339	31,31%

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

Destaca-se o item **“Fazendas, Parques e Reservas”** no valor de R\$ 94.630 bilhões de reais, com realce no Órgão **INCRA** no valor de R\$ 94.596 (noventa e quatro bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões de reais), referente a 30 (Fazendas), 43 (Parques) e 49 (Reservas).

E sendo que este item nos anos de 2019 e 2020 já se destacava como o 2º maior valor no âmbito do Balanço Geral da União – BGU e que ainda continua.

A conta **“Bens dominicais não registrados no SIAFI”** do INCRA representam os bens não registrados no Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPIA, que é o sistema que abriga os dados cadastrais de imóveis classificados como dominiais quanto à sua destinação no âmbito da SPU. Os referidos imóveis constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Em 31/12/2018 o INCRA possuía um saldo de R\$ 12.479 bilhões de reais relacionado a bens dominicais não registrados no SIAFI. No ano de 2019, teve um acréscimo de **1.095,18%**, passando para R\$ 149.142 bilhões de reais, decorrente da incorporação de Glebas da extinta SEAD ao INCRA. No ano de 2020, teve um decréscimo de **1,77%**, passando para R\$ 146.507 bilhões de reais. Por fim, no 3º trimestre de 2021, teve decréscimo de **0,85%**, passando para R\$ 145.266 bilhões de reais.

Do total dos bens dominicais, a maior parte 97,18% refere-se a GLEBAS no valor de R\$ 141.175 bilhões de reais, registrado na conta corrente “P IM0110731 – Glebas Amazônicas – Programa Terra Legal”. Esses bens foram transferidos em 3 maio de 2019 – NS 004/130231 - da SERFAL/MAPA (130231) para SRFA/INCRA (133003).

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2021	31/12/2020
MAPA	1	1
EMBRA	-	-
CONAB	1	1
Total	2	2

Fonte: SIAFI2021 – setembro/2021

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2021	31/12/2020
MAPA	-	-
INCRA	0	-
EMBRAPA	10	10
CONAB	-	-
Total	10	10

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ milhões

ÓRGÃO	30/09/2021	31/12/2020
MAPA	13	13
EMBRAPA	-	-
CONAB	146	202
Total	159	215

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Fizeram a redução ao valor recuperável dos bens: o Instituto Nacional de Meteorologia/Mapa, o Laboratório Feeral de Defesa Agropecuária do Pará e os Distritos de Meteorologia de alguns estados, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra (Superintendência do Acre) e a Companhia Nacional de Abastecimento/Conab. As demais unidades do órgão subordinado MAPA não fizeram os ajustes anteriores ao ano de 2010 e quanto as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Federais (com exceção do Pará), e CEPLACs, não houve manifestação quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Na CONAB, até o 3º trimestre de 2021 foi efetuado o estudo “teste” relativo à perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) dos bens móveis, que alcançou a perda de aproximadamente R\$ 422 mil reais. Os bens imóveis não apresentaram perdas por redução ao valor recuperável. A CONAB capacitou, por meio de curso externo, vinte e três engenheiros para avaliar os bens imóveis que serão incluídos no plano de desmobilização dos imóveis da Companhia e para a realização dos estudos (testes) de recuperabilidade dos imóveis (*Impairment*).

Na Embrapa foi emitida Nota Técnica SGE/GCIN nº 001/2021, onde concluiu-se que não foram identificadas situações que caracterizassem a necessidade de realização do teste no exercício de 2020.

Destaca-se que na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável devido as várias impropriedades no sistema da LinkData (que está em descontinuidade no órgão devido ao fim da vigência do contrato), e nos demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, e agora ainda mais, considerando a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando do fim do processo de implantação do novo sistema de controle patrimonial, o SIADS, que vislumbre a reavaliação e a redução ao valor recuperável.

Valores da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado por Órgão Subordinado	
R\$ milhões	
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	
MAPA	24
INCRA	3
CONAB	0
Total	27

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

Coordenação de Contabilidade/MAPA

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(a.3) Sistemas de controle patrimonial

No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:

- i. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
- ii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
- iii. Sistema ASI da Linkdata (está em descontinuação devido ao fim da vigência do contrato) utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA);
- iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS (sistema que irá substituir o ASI), que está em processo de implantação, iniciado na unidade gestora do Mapa Sede e em expansão para as demais unidades do órgão. Atualmente, está sendo utilizado de forma mais integral pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN.

NOTA EXPLICATIVA nº 03 /2021 – DIPAT (DIVISÃO DE PATRIMONIO DA CGEF/DA/MAPA)
UNIDADE GESTORA: 130005-CGEF/DA/MAPA (SEDE)
ASSUNTO: Implantação do SIADS na Sede
OBJETIVO: Dar subsídios quanto ao andamento da implantação do SIADS, no MAPA.
Esta Nota Explicativa visa esclarecer os procedimentos adotados na implantação do SIADS – Sistema de Patrimônio do Governo Federal, no ajuste das contas e padronização no cadastro dos bens.
Vale destacar, que ainda estamos na fase de implantação do SIADS, cadastrando os bens manualmente, sendo, que as informações para migração dos dados do ASIWEB, não foi possível, tendo em vista, que o sistema não aceita dados corrompidos. Em novembro de 2020, deu início a primeira etapa da implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS), com a implantação do sistema, será permitido controlar permanentemente a depreciação dos bens, a realização do inventário eletrônico e a ampliação da automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em tempo real através do SIADS. Na primeira nota explicativa, foi informado o cadastro de 6.159 bens no Siads, na segunda nota datado de 26/07/2021, encontrava-se com 11.841, equivalente a 11,84%. Hoje! Dia 22/10/2021 a Divisão de Patrimônio/CPDOC, encontra-se com 19.665 bens permanente cadastrados até o momento, não foram dado início ao cadastro dos bens intangíveis e consumo, esse último será cadastrado, pela área responsável DCTRAN. Em julho/2021, a DIPAT/CPDOC, deu início ao levantamento dos bens para o inventário 2021, com previsão de conclusão para o final de junho de 2022, conforme cronograma, enviado para CGU, observando a padronização, no intuito de evitar itens duplicados, e contas incorretas.
TELEFONE PARA CONTATO: 3218 3824
E-MAIL: Gilvana.fernandes@agricultura.gov.br

Fonte Divisão de Patrimônio MAPA

Por meio do processo SEI 21000.052516/201-42 e mensagem Siafi 2021/0370677 foi encaminhada às unidades do órgão MAPA uma planilha para que informassem em qual etapa de implantação do SIADS se encontravam e qual o percentual de bens (imobilizado, almoxarifado e softwares) já foram registrados.

Das 56 unidades em que constam registros contábeis de bens, 33 encaminharam resposta. Do total de R\$ 2.563 milhões de reais do valor contábil bruto de bens móveis, **R\$ 1.029 milhão** refere-se ao órgão MAPA e, desse total, de acordo com as respostas encaminhadas pelas 33 unidades que enviaram resposta, **29,34%** desse valor já foi registrado no SIADS. De acordo com as respostas encaminhadas a maior parte da unidades prevê concluir a implantação e registro de bens até o final deste exercício.

Coordenação de Contabilidade/MAPA

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

Órgão	Conta Contábil	Conta Contábil	Saldo
MIN.AGRICULTURA		123110101	113,88
		123110103	0,02
		123110201	(71.265,00)
		123110301	13.525,26
		123110503	192.624,93
		123119910	(406,00)
		123810100	167.168,46
		123110107	593,45
		123110125	2.137,02
		123110201	(58.490,59)
		123110301	2.636,50
		123110302	(0,04)
		123110303	(186.274,60)
		123110503	460.404,02
		123810100	(498.151,41)
	INCRA		123110101
		123110102	6.678,41
		123110103	1.826.568,73
		123110105	21.736,66
		123110106	(91.080,88)
		123110107	(91.080,88)
		123110108	111.526,93
		123110109	112.817,54
		123110120	(91.080,88)
		123110125	20.446,05
		123110201	(142.755,50)
		123110301	(91.080,88)
		123110302	(91.080,88)
		123110303	1.848.305,39
		123110402	112.817,54
		123110405	(81.411,51)
		123110503	1.939.386,27
		123119901	281.262,45
	123119910	(850,00)	
	123810100	(45.638.780,87)	

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

(40.058.830,04)

* Esta tabela foi gerada em R\$ e não em R\$ milhões a fim de que os valores não fossem “perdidos”, visto ser relevante o destaque desses ajustes no Imobilizado.

Nota nº 005 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No MAPA não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o MAPA até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/09/2021, o **MAPA** apresentou um saldo de **R\$ 119 milhões de reais** relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2021 e 2020.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	96	95	1,93%
Software com Vida Útil Indefinida	73	68	6,76%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0	0	%
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0	0	%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0	-	%
Amortização Acumulada	(52)	(51)	2,20%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	%
Softwares Não Localizados	1	1	%
Total	118	113,40	4,72%

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – no 3º Trimestre de 2021.

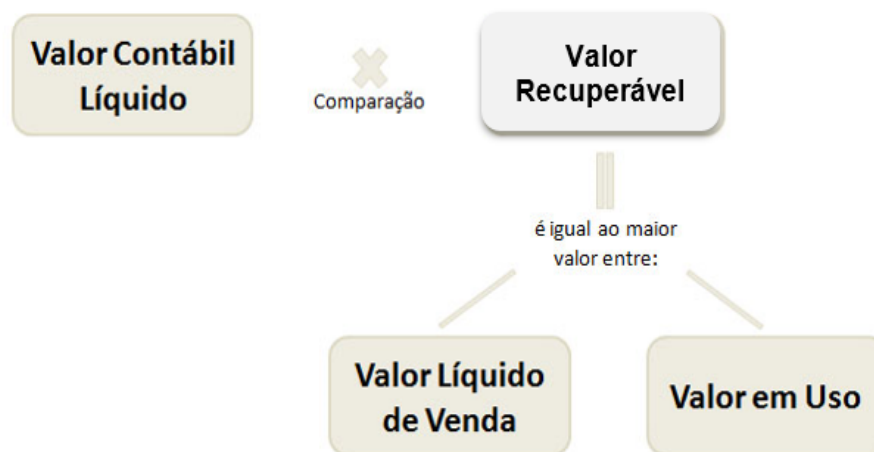
R\$ Milhões

Órgão	MESES	SOFTWARES - VUD		SOFTWARES - VUI		AMORTIZACAO ACUMULADA		Total	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
MIN.AGRICULTURA	JAN/2021	-	-	0,04	-	-	-	0,04	-
	FEV/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	MAR/2021	-	-	4,16	-	-	-	4,16	-
	ABR/2021	-	-	0,23	-	-	-	0,23	-
	MAI/2021	-	-	0,05	-	-	-	0,05	-
	JUN/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	JUL/2021	-	-	0,04	-	-	-	0,04	-
	AGO/2021	-	-	0,00	-	-	-	0,00	-
	SET/2021	-	-	0,07	-	-	-	0,07	-
	Total	-	-	4,58	-	-	-	4,58	-
INCRA	JAN/2021	0,09	-	-	-	-	-	0,09	-
	FEV/2021	0,15	-	-	-	-	-	0,15	-
	MAR/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	ABR/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	MAI/2021	0,37	-	-	-	-	-	0,37	-
	JUN/2021	0,03	-	-	-	-	-	0,03	-
	JUL/2021	0,37	-	-	-	-	-	0,37	-
	AGO/2021	0,17	-	-	-	-	-	0,17	-
	SET/2021	0,19	-	-	-	-	-	0,19	-
	Total	1,38	-	-	-	-	-	1,38	-
EMBRAPA	JAN/2021	0,14	-	0,02	-	-	0,12	0,16	0,12
	FEV/2021	0,07	0,00	-	-	-	0,23	0,07	0,24
	MAR/2021	0,01	0,00	-	-	-	0,35	0,01	0,35
	ABR/2021	0,07	0,00	-	-	0,00	0,46	0,08	0,46
	MAI/2021	0,02	0,01	-	-	0,02	0,59	0,03	0,60
	JUN/2021	0,03	0,01	-	-	0,00	0,70	0,03	0,71
	JUL/2021	0,03	0,01	-	-	-	0,81	0,03	0,82
	AGO/2021	0,09	0,29	-	-	0,28	0,81	0,37	1,10
	SET/2021	0,24	0,29	-	-	-	1,02	0,24	1,30
	Total	0,70	0,61	0,02	-	0,29	5,09	1,01	5,70
CONAB	JAN/2021	-	-	-	-	-	0,05	-	0,05
	FEV/2021	-	-	-	-	-	0,11	-	0,11
	MAR/2021	-	-	-	-	-	0,16	-	0,16
	ABR/2021	-	-	-	-	-	0,21	-	0,21
	MAI/2021	-	-	-	-	-	0,26	-	0,26
	JUN/2021	-	-	-	-	-	0,31	-	0,31
	JUL/2021	-	-	-	-	-	0,34	-	0,34
	AGO/2021	-	-	-	-	-	0,37	-	0,37
	SET/2021	-	-	-	-	-	0,41	-	0,41
	Total	-	-	-	-	-	2,22	-	2,22
SFB	MAI/2021	0,03	-	-	-	-	-	0,03	-
	JUN/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	JUL/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	AGO/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	SET/2021	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	0,03	-	-	-	-	-	0,03	-
TOTAL GERAL		2,10	0,61	4,60	-	0,29	7,31	7,00	7,92

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o Valor Contábil Líquido de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu Valor Recuperável. O Valor Recuperável é o Valor Líquido de Venda (o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação), ou o Valor em Uso (valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações), o que for maior.



Mas o **MAPA** não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Órgão	Classificação Contábil	Saldo
EMBRAPA	124110101	(3.476,58)
	124810100	(3.476,58)

Identificação do Ativo Intangível

Conforme a macrofunção 020345 – Ativos Intangíveis da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o bem intangível deve ser identificado, mensurado, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Para identificação, deve-se criar inscrição genérica para cada ativo intangível com as iniciais “IS” – individualização de softwares, acrescido de sete dígitos para identificar o bem.

A tabela seguinte apresenta a porcentagem de bens intangível que não estão identificados conforme a macrofunção 020345.

Tabela 04 – Intangível sem identificação – por saldo da conta.

O somatório de bens intangíveis não identificados do **MAPA** refere-se ao saldos de Softwares de vida útil definida e indefinida transferidos do extinto órgão Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, em atendimento à MP 870 e ao Decreto nº 9.667/2018.

Atualmente, estes bens estão em análise na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação para verificar a geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão e as devidas mensurações com o intuito de identificar cada bem intangível e registrá-los na respectiva conta contábil.

Softwares sem identificação

Órgão Subordinado	MIN.AGRICULTURA	INCRA	EMBRAPA	SFB	TOTAL
Conta Contábil	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	
SOFTWARES – Vida Útil Definida	39,33	15,01	0,12	1,25	55,71
SOFTWARES – Vida Útil Indefinida	0,40	0,22	0,01	0,00	0,62
SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,04	0,00	0,00	0,37	0,41
SOFTWARES NAO LOCALIZADOS	1,46	0,00	0,00	0,00	1,46
Total	41,23	15,23	0,13	1,61	58,20

Legenda: VUD – Vida Útil Definida

VUI – Vida Útil Indefinida

Fonte: TesouroGerencial – setembro/2021

Coordenação de Contabilidade/MAPA

Nota nº 006 - Investimentos

Os investimentos no **MAPA** são compostos por:

- (i) Participações Permanentes; e
- (ii) Demais Investimentos.

Tabela 01 – Investimentos – Composição:

Investimentos	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Participação Avaliada por Equivalência Patrimonial	0	0	0%
Participações Avaliadas pelo MEP - Estado	2	2	0%
Redução valor Recuperável Investimento – Participação Permanente	-10	-10	0%
Participações avaliadas pelo Método de Custo	21	21	0%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	2	0%
Total	13	15	-20%

Tabela 02 – Investimentos – Por Órgão:

Órgão	Conta	R\$ Milhões			
		set/21	dez/20	AH%	AV%
EMBRAPA	PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	0	0	0%	%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	2	2	0%	15,38%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	6	6	0%	46,15%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	0	0%	0%
	Total	8	8	0%	61,54%
CONAB	BENS IMOVEIS NAO DESTINADOS A USO	0	0	0%	0%
	DEPREC ACUM INVESTIMENTOS -CONS- PROPRIEDADES	0	0	0%	0%
	REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	-10	-10	0%	-76,92%
	PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	15	15	0%	115,38%
	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	0	1	-100%	0%
Total	5	6	0%	38,46%	
Total dos Investimentos		13	15	0%	100%

CONAB

Tabela 03 – Investimentos da CONAB – Composição

	R\$ Milhões		
	30/09/2021	31/12/2020	AH (%)
Participações Permanentes	15	15	0%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0	1	-100%
Bens Imóveis não Destinados a Uso	0	0	0%
Bens Móveis não Destinados a Uso	-	-	0%
Redução ao Valor Recuperável de Investimento	-10	-10	0%
Total	5	6	-16,67%

Os investimentos da CONAB são compostos por Participações Permanentes. Os demais investimentos referentes a Títulos da Dívida e Valores Mobiliários Permanentes diminuíram praticamente em decorrência do vencimento das notas do Tesouro Nacional.

Abaixo (Tabela 04) estão os dois maiores investimentos da **CONAB** até setembro de 2021, decrescidos da redução ao valor recuperável. Os dois maiores investimentos representam 80% do total.

Tabela 04 – Maiores Investimentos da CONAB

	R\$ Milhões	
	30/09/2021	AV (%)
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODOPAR	2,590	59,18%
Centrais Elétricas Brasileiras SA	0,838	19,15%
Demais	0,948	21,68%
Total	4,376	100,00%

Tabela 05 - Mutação dos Investimentos – Participação Permanentes (decrecidas da redução ao valor recuperável)

	R\$ Milhões					
EMPRESA	Saldo em 31/12/2020	Aportes de Capital	Resultado de Partic. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	1,85	-	-	-	-	1,85
Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	0,73	-	-	-	-	0,73
TOTAL	2,58	-	-	-	-	2,58

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)

Tabela 5 - Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes (decrecidas da redução ao valor recuperável)

	R\$					
EMPRESA	Saldo em 31/12/2020	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2021
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	786.276,00	-	-	-	-	838.268,33
Engie Brasil Energia S.A.	3.856,16	-	-	-	-	3.856,16
Telefônica Brasil S.A.	30.753,35	-	-	-	-	28.446,08
Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre	232.798,00	-	-	-	-	232.798,00
Banco Da Amazônia S.A.	132,22	-	-	-	-	102,17
Ribeiro Cordeiro Indústria e Comércio S.A.	334.135,09	-	-	-	-	-
Frigorífico Vale Do Tocantins S A	696,00	-	-	-	-	696,00
Banco Do Nordeste Do Brasil S.A.	36,41	-	-	-	-	53,78
Vicunha Têxtil S.A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A	70.161,00	-	-	-	-	70.161,00
Procter & Gamble do Nordeste S.A. - em liquidação	1.395,27	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira De Partic. Agroindustrial Brasagro	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
Rural Properties Minas Gerais Participações S.A.	25.244,54	-	-	-	-	25,22
Oldcaste Participações S.A.	71.085,50	-	-	-	-	71,07
Banco De Desenvolvimento Do Espirito Santo S.A.	840,02	-	-	-	-	840,02
Morada Do Sol Participações SA	402,88	-	-	-	-	956,84
CEAGESP - Companhia De Entrepósitos E Armazéns Gerais De São Paulo	433.625,60	-	-	-	-	433.625,60
Algar Telecom S.A.	48.568,00	-	-	-	-	48.568,00
Cia De Desenvolvimento Agropecuário Do Paraná CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.590.083,09
Multilog S.A.	11.163,26	-	-	-	-	11.163,26
Fábrica de tecidos Carlos Renaux S/A em liquidação	48.691,22	-	-	-	-	-
PBG S/A	4.449,15	-	-	-	-	4.449,15
Refinadora Catarinense SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
Companhia Estadual De Silos E Armazéns	80.825,36	-	-	-	-	80.825,36
TOTAL	5.135.247,77	-	-	-	-	4.376.664,21

Fonte: SIAFI 2021 e SIAFI 2020 – CONAB

EMBRAPA

Os investimentos permanentes da **Embrapa** são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

Tabela 06 – Investimentos da EMBRAPA – Composição:

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ Milhões	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	0,63	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1,86	45,00	4,12	0,36
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina	Agricultura	5,28	4,74	(30,00)	(7,45)
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais	Agricultura	0,00	0,01	56,09	0,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	0,73	49,00	(4,59)	(1,14)

Fonte: Siafi e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação

(2) Demonstração de 2018 apresentada do ano de 2019 à- EMBRAPA

(3) Demonstração de 2019 apresentada do ano de 2020 à- EMBRAPA

(4) Demonstração de 2020 apresentada do ano de 2021 à EMBRAPA

4) Sistemas de Controle Interno Desenvolvidos pelos órgãos do Mapa

4.1) Sistemas da Área Fim do MAPA (Administração Direta)

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA	
SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas	SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC
SELO ARTE - SGSA - Sistema de Gestão do Selo Arte	
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA – SAP/MAPA	
SISRGP - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira	SISTAINHA - Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SSADP - Sistema de Subvenção ao Diesel Pesqueiro	RGP - Sistema de Relatório de Manutenção do Pescador Artesanal
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO - SAF/MAPA	
SNPC - Sistema de Informações Documentais	SNPC - Cultivar Web
SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica	SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada	
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA	
FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural
SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso	SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático
SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canaveira	SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras
SECRETARIA DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - SRI/MAPA	
ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS	SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais
AGROEVENTOS - Sistema de Eventos	AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro

4.2) Sistemas da Área Meio do MAPA (Administração Direta)

<u>GABINETE DA MINISTRA – GM</u>	
SIGME – Sistema de Gestão de Memória Executiva	SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos
<u>ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA</u>	
Portal MAPA – Página web da Internet	
<u>ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM</u>	
EP – Emendas Parlamentares	RP – Sistema de Relacionamento Parlamentar
<u>SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA</u>	
ÁGATHA – Sistema de Gestão de Riscos	BINAGRI – Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura
GESTCOM – Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional	MAPAVITRO – Gestão de contratos
SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados	SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas
SIGI - Sistema de Gestão Integrada	SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento
SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro	SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural
SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação	CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica
AVA ENAGRO VIRTUAL	LECOM - Plataforma de análise dos serviços do portal de serviços
LECOM-ADM - Plataforma para os administradores dos serviços do portal de serviços	
<u>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE</u>	
AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA	AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso
ALMOX - Sistema de Almoxarifado	ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual
CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios	CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil
PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais	PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência
SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA	SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos
SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho	SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa
SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde	SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação
SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos	SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SIGESTI - Sistema de Gestão de TI	SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso
SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída	SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional
SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias	SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso
THESAURUS - Sistema Especializado em Literatura Agrícola	TIFACIL - Sistema Gerenciador de Chamados
CORREIO MAPA – Gerenciador de Correios	VÍDEO CONFERÊNCIA – Sistema de Vídeo Conferencia
VOIP – Sistema de Gerenciamento de Voice sobre IP	MAPA DRIVE – Sistema de Nuvem de Arquivos
SKYPE FOR BUSINESS – Ferramenta de Mensageria	

Sistemas do INCRA

Área FINALÍSTICA

BIMT	Banco de Informações do Mercado de Terras
BPI	Banco de Projetos de Infraestrutura
Monitoramento dos Assentamentos (P's)	Monitoramento dos Assentamentos (P's)
CTCA	Sistema de Controle, Tensões e Conflitos Agrários
Painel de Assentamentos	Painel de Assentamentos
Sala da Cidadania Digital	Sala da Cidadania Digital
SIENG	Sistema de engenharia
SIGEF GEO	Sistema de Gestão Fundiária
Sigef Resultados	Sigef Resultados
Sigef Titulação	Sigef Titulação
SIPRA	Sistemas de informações de projetos da reforma agrária
SIR	Sistema de informações rurais
SNCCI	Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação
SNCR - Base Incra	SNCR - Base Incra
SNT	Sistema Nacional de Titulação
Titulômetro	Titulômetro

Área MEIO

Design System	Arquitetura de referencia
barramento_servicos	Desenvolvimento de API
INCRANET	Portal INCRANET
Painel de indicadores do TCU	Painel de indicadores do TCU
Portal-INCRA	Portal-INCRA
SISDOC	Sistema de Controle de Trâmites e Anexação de Documentos
Sispad	Sistema controle de processo administrativo
SISPROT	Sistema de protocolo
SSO	Single Sign On

4.3) Sistemas de Controle Interno desenvolvidos Entidades Supervisionadas (Administração Indireta)

Sistemas da CONAB

Portal Internet da Conab - Site institucional da Conab;	Posição de Estoques Públicos e de Terceiros Depositados em UAs Próprias - Posição de Estoques Públicos e de Terceiros Depositados em UAs Próprias;
Prohort - Sítio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT;	Transparência Pública do PAA - Transparência Pública do PAA;
Intranet - Página da Intranet da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab – ViaConab;	Transparência da Gestão dos Estoques Públicos - Portal da Transparência da Gestão dos Estoques Públicos;
Portal de Acesso a Sistemas e Serviços - Controle de Acesso;	Gestão de Desempenho - Sistema de Gestão de Desempenho;
Portal Interno da Nota Fiscal Eletrônica(SISNFe) - Portal Interno da Nota Fiscal Eletrônica;	SAS – Consulta de Credenciados - Consulta de Credenciados;
Download Público de XML de Nota Fiscal Eletrônica - Download público de XML de Nota Fiscal Eletrônica;	BNDES_CONAB - Chamada Pública para Inscrição de Projetos;
REDMINE - Portal de Projetos;	SITISS - Sistema de Troca de Informações em Saúde Suplementar;
Portal de Informações Agropecuárias - Portal de Informações Agropecuárias;	SISBIO - Sistema de Subvenção de Produtos da Socio-Biodiversidade;
SIAGRO - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento;	Aplicativo Mobile Prohort - O ProhortMove é um aplicativo que permite consultar os preços diários dos produtos do mercado brasileiro de hortigranjeiros que são vendidos nas CEASAs no seu dispositivo móvel Android ou IOS;
SIAGRO – Módulo Consulta Pública de Bônus do Programa de Garantia da Agricultura Familiar - Consulta Pública de Bônus do Programa de Garantia da Agricultura Familiar;	Aplicativo Mobile SAS - Aplicativo mobile de consulta ao serviço de assistência a saúde;
SIAGRO – Módulo Consulta Pública de Preços de Insumos Agropecuários - Consulta Pública de Preços de Insumos Agropecuários;	Portal Financeiro - Portal financeiro que provê acesso a gestão de pagamentos e recebimentos originado de operações da Conab;
SIAGRO – Módulo Consulta Pública de Preços Mínimos Básicos da Política de Garantia de Preços Mínimos - Consulta Pública de Preços Mínimos Básicos da Política de Garantia de Preços Mínimos;	SIGGRU - Sistema de Gestão de Guias de Recolhimento da União;
SIAGRO – Módulo de Preços - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Módulo de Preços;	EDVB - Extrator de Dados do Vendas em Balcão;
SIAGRO – Módulo de Custo de Produção - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Módulo de Custo de Produção;	SIGEDE - Sistema de Gestão de Demandas;
SIAGRO – Módulo IPP/IPR - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Módulo IPP/IPR;	SISPDV - Sistema de Simulação do Plano de Demissão Voluntário;
SIAGRO – Módulo de Cálculo de Médias - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Módulo de Médias;	SIMABWEB - Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil;
SIAGRO – Módulo de Cálculo do PGPAF - Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento - Módulo PGPAF;	Boletim Administrativo - Boletim ADM;
SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;	Proj OS - Sistema de Cadastro de Serviços da GEOTE;
SICARM – Módulo BCANET - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Módulo BCANet;	Sobretaxas - Sistema de Indicadores de Preços de Produtos;
SICARM – Módulo Consulta Pública ao Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - Consulta Pública ao Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;	SISCONCAD - Sistema de Informações Setoriais de Comercializações;
SICARM – Módulo Consulta Pública da Capacidade Estática de Armazenagem Cadastrada - Consulta Pública da Capacidade Estática de Armazenagem Cadastrada;	Process – Process;
SIGPAI - Sistema de Cadastro do Programa de Aquisição de Insumos;	SIGI - Sistema de Informações Gerais sobre Imóveis;
SIGEST - Sistema de Gestão de Estoques;	SIVEIC - Sistema de Controle de Veículos Automotores;
SIGPAA – Módulo PAA WEB - Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos - Módulo PAA Web;	NOVO ALUGUEL - Sistema de Controle de Aluguel (SUREG/RJ);
SIGPAA – Módulo PAANET Proposta - Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos - Módulo PAANet – Proposta;	SIMAB - Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil;
SIGPAA – Módulo PAANET Entregas - Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos - Módulo PAANet – Entregas;	SAFRAS - Sistema de Avaliação de Safras;
SISCOE - Sistema de Comercialização Eletrônica;	SAFRAS – Módulo Café - Sistema de Avaliação de Safras - Módulo Café;
SIFISC - Sistema de Fiscalização de Estoques;	SAFRAS – Módulo Cana-de-Açúcar - Sistema de Avaliação de Safras - Módulo Cana-de-Açúcar;
SIFISC – TVNNet - Sistema de Fiscalização de Estoques - Módulo Off-line (Fiscal);	PROJGRU - Sistema de Emissão de GRU;
SIFISCPG-PEPRO - Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO);	SIAUDI - Sistema de Auditoria Interna;

Coordenação de Contabilidade/MAPA

SIFISCPG-PEP - Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais - Prêmio para Escoamento de Produto (PEP);	SISDRE - Sistema de Demonstração do Resultado do Exercício;
SIFISCPG-PAA - Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais - Programa de Aquisição de Alimentos;	SISCOV - Sistema de Controle de Viagens;
SIFISC-PG-VB - Sistema de Fiscalização de Programas Governamentais - Programa Vendas em Balcão (VB);	SISMOV - Sistema de Movimentação de Estoques;
SICAN - Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e demais Agentes;	SISMAT - Sistema de Controle de Material;
SEC - Leilão Eletrônico;	SICONT - Sistema de Controle e Análises de Tributos Federais;
GP - Gerenciador de Pregão;	SIDIRF - Sistema de Informações para a DIRF;
GP - Financeiro - Gerenciador de Pregão - Controle Financeiro;	SISCOB - Sistema de Cobrança;
xFac - Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos;	SISCOBNeT - Sistema de Acompanhamento Processual de Dívidas;
SISGAT - Sistema Gerencial de Atendimento;	SICLAS - Sistema de Emissão de Certificado de Classificação;
Preços Praticados no PAA - Preços Praticados no PAA;	DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
Preços Praticados no Venda em Balcão - Preços Praticados no Venda em Balcão;	SISTAC - Sistema Para Determinação de Custos e Tarifas de Armazenagem;
SIMA - Sistema Nacional de Informação do Mercado Agrícola;	SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo;
SIRCOI - Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes;	SISCOP - Sistema de Concessão de Perfis;
SAE - Sistema de Acompanhamento de Estoque;	SIJUR - Sistema de Atividade Jurídica;
CDE - Demonstrativo de Controle de Estoque;	SISBEN - Sistema de Controle de Campanhas de Vacinação;
CNF - Sistema de Notas Fiscais;	SIPROD - Sistema de Protocolo e Trâmite de Documentos;
SPA - Sistema de Perdas em Armazenagem;	SIPEP - Sistema de Pesquisa de Estoques Privados;
SISSUB - Módulo Cana-de-Açúcar - Sistema de Controle das Operações de Subvenção - Módulo Cana-de-Açúcar;	SIACON - Sistema de Automação Contábil;
SISCOT - Sistema de Gestão de Contratos;	SIPANS - Sistema de Informação de Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar;
Catálogo Telefônico (Busca Empregado) - Catálogo Telefônico;	SIAGROGER - Gerenciador de Médias do SIAGRO;
SISOUV - Sistema de Ouvidoria;	DIOPS - Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência a Saúde;
FCONT - Arquivo Gerador de Controle Fiscal Contábil de Transição;	RH-Sênior - <i>Software</i> para gestão de RH com todas as funções operacionais e estratégicas da administração de recursos humanos, como remuneração, cargos e salários, benefícios, quadro de lotação e treinamento;
IDNF - Identificador de Duplicidade de Nota Fiscal lançadas manualmente;	SIMASA - Sistema de Monitoramento e Avaliação de Safras;
SAS - Consulta de Credenciados - Serviço de Assistência a Saúde;	AGATHA - Sistema de Gestão de Riscos;
GEPLANES - Software de Gestão do Planejamento Estratégico;	SEC- SISCOE - Disponibiliza uma solução de <i>Datawarehouse</i> e <i>Business Intelligence</i> (BI) para provimento de informações gerenciais de comercialização de produtos realizados por meio do Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab;
SIGNOR - Sistema de Gestão de Normas;	SAAGRA - Sistema Aplicado à Administração quantitativa e qualitativa de Armazenagem de Grãos;
SIGPAA - Módulo PPA DW - Sistema de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos - Módulo DW;	UNISPAT - Sistema de Patrimônio;
PROHORT - PROHORT DW - Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil - PROHORT - DW;	VetorRH - Sistema de Recursos Humanos - VetorRH;
SICARM - DW - Cadastro Nacional de Armazéns - DW;	Biblioteca - Personal Home Library - PHL;
SIFISC - DW - Sistema de Fiscalização de Estoques - DW;	Velti Ponto - Sistema de gestão de frequência dos empregados.
SIGEST - DW - Sistema de Gestão de Estoques - DW;	

Sistemas da EMBRAPA

AGE - Sistema de Apoio à Gestão de Eventos	BCA - Boletim de Comunicações Administrativas
Conjur - Sistema de Gerenciamento de Consultas Jurídicas	Docjur - Base de Documentos Jurídicos
ERP/SAP - Sistema Integrado de Gestão	Gestec - Gestão dos Ativos Tecnológicos da Embrapa
Ideare - Sistema de Gestão da Programação	Integro - Sistema Integrado de Gestão do Desempenho
Proju - Sistema de Processos Jurídicos	SDP - Sistema de Diárias e Passagens
SEI - Sistema Eletrônico de Informações	

5) Referências

5.1) Bibliográficas

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

5.2) Sítios mais utilizados pela CCONT/MAPA

- 1) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br>
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br › balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral](http://www.tesourotransparente.gov.br/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral)
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>
- 6) portal.tcu.gov.br
- 7) <https://www.gov.br/impresanacional/pt-br>
- 8) www.cfc.org.br
- 9) www.crcdf.org.br
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>